

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A REPRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO COMO  
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACESSO  
À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO  
ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL**

MARIANE COSTA PINTO

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva e coorientada pelo Prof. Jorge Revez, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A REPRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO COMO  
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACESSO À  
INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ARQUIVO  
NACIONAL DO BRASIL**

MARIANE COSTA PINTO

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva e coorientada pelo Prof. Jorge Revez, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2019

## Resumo

O trabalho propõe o uso da indexação como modelo de representação de conteúdo para a recuperação da informação arquivística no Arquivo Nacional do Brasil. A base para análise de seu fundamento é o estudo de utilizadores ali realizado. Criada em 1838, a instituição tem como finalidade a gestão, o recolhimento, o processamento técnico, a preservação e a divulgação do património documental brasileiro. A representação de conteúdo identifica os conceitos mais pertinentes do documento, que darão lugar a termos ou descritores, e possibilita uma correspondência precisa com o assunto pesquisado, facilitando a recuperação e o acesso à informação. A valorização da eficácia nos serviços de referência e o cuidado nos procedimentos de organização arquivística e na disponibilização de pontos de acesso têm se mostrado cada vez mais apropriados, especialmente com a Lei de Acesso à Informação brasileira, que exige da instituição agilidade e eficiência na prestação de serviços. Seguindo algumas premissas, que serão apresentadas no capítulo destinado à indexação, é possível construir uma política de indexação, norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para o aprimoramento do serviço e a racionalização dos processos. Para isso, é preciso estabelecer diretrizes que tenham em conta as características e os objetivos da instituição, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido, a identificação dos utilizadores, para resposta às suas necessidades, e os recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informação.

Palavras-Chave: Arquivística; Representação de conteúdo; Indexação; Recuperação da informação arquivística; Arquivo Nacional do Brasil.

## **Abstract**

The work proposes the use of indexing as a model of content representation for the retrieval of archival information in the National Archives of Brazil. The basis for analysis of its foundation will be the study of users performed there. Created in 1838, the institution has as its purpose the management, collection, processing, preservation and dissemination of the Brazilian documentary heritage. The content representation identifies the most relevant concepts of the document, which will give rise to terms or descriptors, and enables a precise correspondence with the researched subject, which facilitates retrieval and access to information. The valorisation of efficacy in reference services and care in the procedures of archival arrangement and the availability of access points have been increasingly appropriate, especially with the Brazilian Access to Information Law, which requires the institution to be agile and efficient in providing services. Following some assumptions, which will be presented in the indexing chapter, it is possible to make an indexing policy, guiding principles and criterias that will serve as a guide in making decisions for service improvement and process rationalization. For this, it is necessary to establish guidelines that take into account the institution's characteristics and goals, determinants of the type of service to be offered, the identification of users, to meet their needs, and the human, material and financial resources that narrow the functioning of an information retrieval system.

Keywords: Archives management; Content representation; Indexing; Archival information retrieval; National Archives of Brazil.

## Sumário

<b>RESUMO.....</b>	<b>IV</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>V</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>8</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS .....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 PERSPECTIVAS EM ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVISTICA.....</b>	<b>13</b>
1.1 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO .....	13
1.2 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	24
1.3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	27
1.4 O USO DA INDEXAÇÃO PELA ARQUIVÍSTICA.....	30
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	39
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	40
2.3 REVISÃO DA LITERATURA .....	41
2.4 ESTUDO DE CASO .....	42
2.4.1 UNIVERSO.....	43
2.4.2 AMOSTRA.....	44
2.4.3 RECOLHA DE DADOS .....	44
<b>3 ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.....</b>	<b>44</b>
3.1 HISTÓRICO.....	44

<b>3.2</b>	<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SÍTIOS DE INVESTIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>46</b>
3.2.1	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN) .....	46
3.2.2	OUTRAS BASES DE DADOS DO ARQUIVO NACIONAL.....	48
3.2.3	SÍTIOS ELETRÔNICOS PARA INVESTIGAÇÃO.....	50
<b>4</b>	<b><u>ESTUDO DE UTILIZADORES DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL .....</u></b>	<b>52</b>
<b>5</b>	<b><u>ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.....</u></b>	<b>62</b>
5.1	A POLÍTICA BRASILEIRA PARA OS ARQUIVOS.....	62
5.1.1	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS.....	63
5.1.2	SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS .....	66
5.1.3	SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO .....	68
5.2	ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DEFINITIVO DO ARQUIVO NACIONAL.....	69
<b>6</b>	<b><u>REPRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO PARA A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL .....</u></b>	<b>79</b>
<b>7</b>	<b><u>PROPOSTAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.....</u></b>	<b>93</b>
	<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</u></b>	<b>104</b>
<b>8</b>	<b><u>REFERÊNCIAS .....</u></b>	<b>107</b>
	<b><u>ANEXO 1.....</u></b>	<b>115</b>

## Índice de figuras

	p.
FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROCESSAMENTO TÉCNICO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO .....	75
FIGURA 2 – EXEMPLO DE DOCUMENTO ORGANIZADO NO NÍVEL 5 (ITEM DOCUMENTAL) .....	76
FIGURA 3 – DESCRIÇÃO DE DOCUMENTO ICONOGRÁFICO NÍVEL 4 (PROCESSO) .....	77
FIGURA 4 – EXEMPLO DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTO ESCRITO NÍVEL 4 (PROCESSO) .....	78
FIGURA 5 – DESCRIÇÃO DE DOCUMENTO CARTOGRÁFICO NÍVEL 5 (ITEM) .....	79
FIGURA 6 – LISTA DE TERMOS AUTORIZADOS SIAN .....	83
FIGURA 7 – PESQUISA AVANÇADA SIAN .....	83
FIGURA 8 – BASE DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS .....	84
FIGURA 9 – BASE DE DADOS ACERVO JUDICIÁRIO .....	85
FIGURA 10 – BASE DE DADOS OFÍCIO DE NOTAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....	85
FIGURA 11 – BASE DE DADOS PROCESSOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPREMO TRIBUNAL DA JUSTIÇA E CASA DA SUPLIÇÃO .....	86
FIGURA 12 – BASE DE DADOS ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO BRASIL – PORTO DO RIO DE JANEIRO .....	86
FIGURA 13 – BASE DE DADOS MOVIMENTAÇÃO DE PORTUGUESES NO BRASIL.....	87
FIGURA 14 – GUIA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA HOLANDA E DOS HOLANDESES NO BRASIL.....	87
FIGURA 15 – BASE DE DADOS DA FAMÍLIA FERREZ .....	88
FIGURA 16 – BASE DE DADOS MJNI .....	88
FIGURA 17 – BASE DE DADOS BIBLIOTECA .....	89

## Índice de gráficos

	p.
GRÁFICO 1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	55
GRÁFICO 2 - PRIMEIRA VISITA AO ARQUIVO NACIONAL.....	56
GRÁFICO 3 - OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO .....	56
GRÁFICO 4 - ASSUNTOS MAIS INVESTIGADOS.....	57
GRÁFICO 5 - QUALIDADE NO ATENDIMENTO.....	57
GRÁFICO 6 - AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO DOCUMENTAL.....	58
GRÁFICO 7 - PREFERÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO DOCUMENTAL.....	59
GRÁFICO 8 - SUCESSO NA INVESTIGAÇÃO REALIZADA .....	59
GRÁFICO 9 - ANÁLISE DA BASE DE DADOS SIAN .....	60



## Introdução

A representação de conteúdo está intrinsecamente ligada ao acesso à informação e é parte importante da sua recuperação, uma vez que é pela identificação de conceitos mais pertinentes, e da sua transformação e controlo em termos de indexação ou descritores, que o conteúdo do documento pode produzir uma correspondência precisa com o assunto investigado.

O rápido acesso e a eficácia na recuperação da informação arquivística têm tido cada vez mais relevância para a sociedade. No caso do Brasil, a sua importância foi evidenciada especialmente após a Lei de Acesso à Informação - Lei n.º 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas no país.

Para recuperarmos uma informação contida em um documento, é necessário representar o seu conteúdo através de um termo, de forma que possa ser encontrada em algum tipo de **base de dados** ou **instrumento de descrição documental** - documento mediador que permite a identificação e localização das unidades informacionais dos documentos, tendo por objetivo o seu acesso e controlo (no Brasil, **instrumento de pesquisa**) (Alves *et al.*, 1993). Este processo de organização, representação e recuperação desta informação também é conhecido como indexação.

Nas instituições arquivísticas de acervo permanente, a indexação pode tornar-se grande aliada na recuperação de documentos. Enquanto a descrição arquivística contempla o contexto histórico-administrativo do fundo, a indexação pode relacionar: o fundo com outros fundos, o fundo com seus processos, processos de um fundo com processos de outros fundos. Esta relação produz diferentes caminhos de pesquisa, o que permite diversificar a investigação do utilizador de arquivos.

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo investigar os meios de promover uma recuperação da informação arquivística de forma eficaz e eficiente, em especial, com o uso da indexação como processo de representação

do conteúdo. Como trabalhadora do Arquivo Nacional do Brasil, optou-se por investigar este universo.

A pergunta de partida é: *Como promover a recuperação da informação arquivística de forma eficaz e eficiente na instituição?* Para isso, realiza-se um estudo de caso, com análise dos dados obtidos através do **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento**, relatório mensal, criado pelo Núcleo de Estudos de Usuários, equipa do Arquivo Nacional brasileiro, responsável pelo estudo dos utilizadores da instituição, para a melhoria dos serviços prestados.

A partir daí, pretende-se, alicerçado na revisão de literatura da área, propor ações para o aperfeiçoamento da representação do conteúdo na documentação arquivística do Arquivo Nacional brasileiro e, com isso, dar visibilidade a um assunto ainda pouco explorado no âmbito da Arquivística.

De acordo com Dodebei (2006), os documentos arquivísticos possuem duas ordens de leitura. A primeira contempla as características essenciais dos documentos isolados do seu conjunto orgânico. Nesta, faz-se uma análise informativa do conteúdo do processo ou item. A segunda considera o processo ou item dentro do todo orgânico do qual faz parte, da cadeia estrutural do fundo ao qual pertence.

Durante muito tempo, a segunda leitura foi privilegiada e os níveis inferiores eram analisados circunstancial e subjetivamente em função do interesse da entidade custodiante. Porém, com informatização das bases de dados, uma nova ordem de leitura tornou-se necessária para que se tenha em conta a necessidade e as possibilidades de análise em vários níveis, e de forma simultânea, de um mesmo documento (DODEBEI, 2006).

Com o passar dos anos, os documentos de arquivo ampliaram muito as suas tipologias e abrangências. Sendo assim, passaram a ter a necessidade de ter “reconhecidas” suas características essenciais, dentro da individualidade do item ou processo, além de ter mantidas suas características orgânicas, que envolvem o conjunto documental em todos os níveis (fundo, seção, série, processo e item). Este trabalho perpassa por esta visão.

No primeiro capítulo, encontra-se a revisão de literatura focada em quatro partes: organização do conhecimento e da informação; recuperação da informação; organização da informação arquivística e uso da indexação pela Arquivística.

No segundo capítulo, descreve-se a metodologia do trabalho, uma investigação descritiva e exploratória sobre o assunto com o estudo do Arquivo Nacional brasileiro, por meio dos relatórios supracitados, com o intuito de explorar os princípios da organização da informação arquivística, analisar a representação de conteúdo em informação arquivística e a indexação como forma de acesso à informação arquivística no Arquivo Nacional brasileiro.

O terceiro capítulo apresenta o Arquivo Nacional do Brasil, criado em 1838, que tem como finalidade a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do património documental brasileiro, além de garantir o “pleno acesso à informação, apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural” (Arquivo Nacional, 2019).

E ainda, como subcapítulo nesta secção, os sistemas de informação e os sítios de investigação da instituição, que servem como base para que se apresente a organização arquivística ali realizada.

O quarto capítulo apresenta o estudo dos utilizadores do Arquivo Nacional, um desdobramento da ação iniciada pelo Núcleo de Estudos do Usuário, criado em 2017, com a realização de questionário de satisfação dos investigadores da instituição. Nesta seção, apresenta-se uma compilação dos resultados entre os meses de julho de 2018 e fevereiro de 2019.

O quinto capítulo discorre sobre a organização arquivística do Arquivo Nacional brasileiro. Para isso, relatam-se as políticas arquivísticas desenvolvidas no país, que servem como alicerce para as decisões tomadas para a organização de seu acervo definitivo. Então, descreve-se como é realizada atualmente.

O sexto capítulo narra o andamento da representação de conteúdo para a recuperação da informação no Arquivo Nacional. Relata a forma como é feita e as iniciativas criadas para a sua evolução no panorama da Arquivística brasileira.

O sétimo capítulo introduz propostas para a melhoria da recuperação da informação por meio da indexação da informação arquivística no Arquivo Nacional do Brasil. Nele almeja-se levantar resoluções que possam servir de base para o aperfeiçoamento do processo.

Anseia-se que, deste modo, seja possível fundamentar os conceitos de indexação e representação de conteúdo, para, a partir daí, criar subsídios para a investigação acerca da sua aplicabilidade em documentos arquivísticos no Arquivo Nacional brasileiro.

Por fim, este trabalho pretende ser mais um instrumento para análise e investigação sobre representação de conteúdo na documentação arquivística, dar visibilidade a discussões acerca do tema e conduzir o Arquivo Nacional brasileiro a um caminho de maior eficácia e eficiência na prestação de serviços, pois é inegável a importância da melhoria das operações e dos procedimentos, da percepção da diversidade de contextos, do uso e do acesso aos arquivos, da gestão da informação arquivística e do conhecimento organizacional.

## **1 Perspectivas em organização e recuperação da informação arquivística**

O arcabouço teórico desenvolvido pretende fundamentar os conceitos de indexação e representação de conteúdo para, a partir daqui, criar subsídios para a investigação acerca da aplicabilidade do processo na organização e recuperação da informação no Arquivo Nacional brasileiro.

### **1.1 Organização do conhecimento e da informação**

O conceito é parte essencial na organização do conhecimento e muitas definições foram construídas para seu significado. Para Aristóteles, sua origem grega, *horos*, era composta por três elementos: *logos* (enunciado), *pragma*

(evento) e *noema* (pensamento). Sua tradução para o latim deu origem a *terminus* (termo), aproximando seu significado apenas ao viés linguístico de *logos* (FRANCELIN e KOBASHI, 2011).

A partir do século XVIII, Christian Von Wolff (1679-1754) utilizou novamente o *horos*, compreendendo o seu significado como signo e conteúdo. Posteriormente, foram abordadas diversas definições para conceito. Ogden & Richards (1923) elaboraram um triângulo para representar seu significado no qual

no vértice superior encontra-se o objeto da realidade; no vértice da direita o conceito, formado de todos os enunciados que podem ser proferidos sobre o referente; e no vértice da esquerda encontra-se o símbolo, o signo, termo, número, ícone, designando o conceito sobre o objeto referente. (Alvarenga, 2001, p. 5-6)

GREIMAS e COURTÉS (1979, p. 70), no seu *Dicionário de Semiótica*, trazem à tona definições bem elaboradas de ‘conceito’:

1. Como termo de filosofia que é, conceito comporta numerosas e variadas definições, todas, porém, referindo-se mais ou menos a grandezas do significado (= ideias), suscetíveis de organizarem os dados da experiência. 2. F. Saussure serviu-se desse termo para designar – numa primeira aproximação – significado, que tem como única determinação servir para a construção do signo (já que o conceito “árvore” e a imagem acústica árvore constituem o signo árvore); a seguir, ele eliminou essa noção em benefício da de forma significante.

Os autores prosseguem, apresentando as definições de acordo com a semiótica:

... o termo conceito pode ser mantido no sentido de denominação (cuja significação é explicitada pela definição). A explicitação dos conceitos por definições sucessivas torna-se então a principal preocupação de qualquer construção metalinguística do teórico. Percebe-se, com efeito, que as teorias linguísticas ou semióticas comportam bom número de conceitos não definidos: tomados por empréstimo às línguas naturais e,

mais particularmente, às doutrinas filosóficas muitas vezes implícitas, estes são frequentemente muito sugestivos, suscetíveis de cobrir problemáticas cruciais, mas nem por isso se integram na teoria de conjunto. A construção de uma teoria deve, portanto, comportar uma fase conceptual em que se exige que os conceitos sejam substituídos por definições e interdefinições, cujos elementos constituintes são mais abstratos e mais gerais do que os conceitos de partida. Só no topo de uma tal hierarquia conceptual é que se poderão encontrar conceitos não-definíveis (tais como “relação”, “objeto”, “descrição”, etc.) constitutivos de um inventário que servirá para estabelecer uma axiomática (GREIMAS e COURTÉS, 1979, p. 70-71).

E concluem as definições de conceito com uma concepção de influência hjelmsleviana (inspirada no linguista dinamarquês Louis Hjelmslev):

... o termo conceito, elemento da metalinguagem, serve para denominar tanto as classes de objeto (as unidades semióticas) quanto os procedimentos e os modelos. É nesse sentido que se distinguirão no interior de uma teoria conceitos “reais”, isto é, integrados na metassemiótica científica e conceitos operatórios (no sentido de instrumentais) que servem de fundamento a procedimentos ou modelos que parecem eficazes, mas que, não sendo integrados, não podem ser considerados a não ser como provisórios (GREIMAS e COURTÉS, 1979, p. 71).

Numa definição simplificada, entende-se que nem todo o objeto individual no mundo pode ser nomeado ou diferenciado, por isso e por meio da observação e de um processo de abstração, conhecido como concetualização, os objetos são categorizados em construções mentais ou unidades de pensamento, chamados de conceitos, que são representados em várias formas de comunicação.

De acordo com a ISO 704 (2009), os conceitos não devem ser confundidos com objetos abstratos ou imaginários (ou seja, objetos concretos, abstratos ou em determinado contexto são observados e concetualizados mentalmente e, de seguida, uma designação é atribuída). A ligação entre um objeto e a sua designação ou definição é feita por meio do conceito, um maior nível de abstração.

Para se produzir uma terminologia, é necessário que se compreenda a concetualização que sustenta o conhecimento humano em um determinado assunto da área, pois uma terminologia é sempre lida com uma linguagem especial em um campo particular do conhecimento. O conceito deve ser visto não apenas como uma unidade de pensamento, mas também como uma unidade de conhecimento.

Na linguagem natural, os conceitos podem assumir forma de termos, denominações, definições ou outras formas linguísticas. Na linguagem artificial, podem assumir forma de códigos ou fórmulas. Em gráficos, podem assumir forma de ícones, imagens, diagramas ou outras representações gráficas. Os conceitos também podem ser expressos com o corpo humano como em linguagem de sinais, expressões faciais ou corporais.

Para a ISO 1087-1 (2000), conceito é uma unidade de conhecimento criada por uma combinação única de características, não necessariamente ligadas a línguas. O conceito é, no entanto, influenciado pela experiência social ou cultural, que muitas vezes leva a diferentes categorizações. O conceito individual corresponde a um objeto e é geralmente representado por denominação. O conceito geral corresponde a dois ou mais objetos, que formam um grupo em razão de propriedades comuns.

A maneira como as coisas são vistas e representadas difere de cultura para cultura, como também de indivíduo para indivíduo. Assim, a construção do conceito depende basicamente de um referente, da emissão de juízos sobre o referente, de uma forma verbal (um termo ou um nome) e de uma maneira de usar essa forma verbal em um universo discursivo (Francelin e Kobashi, 2011, p. 210).

Aproximando a definição à representação e classificação do conhecimento, Barité (2015) afirma que o conceito é a abstração ou a noção que se refere a uma unidade do conhecimento, independente de sua expressão linguística, e inclui todas as suas características essenciais. O conceito, como representação simbólica, está na base da Teoria da Classificação e da Terminologia, pois é o

elemento indivisível que permite representar o conhecimento contido nos documentos e organizar os enunciados correspondentes à ideia que se tem sobre qualquer coisa. Em vocabulários controlados e em linguagem natural, o conceito é representado por um rótulo.

A organização do conhecimento dedica-se à ordem conceitual do conhecimento. Em um sentido mais amplo, é a ciência na qual os atalhos mentais da ordenação do conhecimento são estudados. Há nela a investigação dedicada à classificação e ontologia, *thesauri* e vocabulário controlado, epistemologia e garantia, bem como o desenvolvimento de sistemas aplicados. Entre as atividades e as ferramentas de organização do conhecimento, a classificação, a taxonomia e a tipologia, por exemplo, sempre foram fundamentais para o seu desenvolvimento.

A origem da palavra Ontologia é grega: *ontos* (ser) e *logos* (enunciado). A principal preocupação na ontologia como disciplina na filosofia é responder à pergunta "o que existe?", portanto, é um estudo metodológico do relato da existência. Vem sendo usado na Computação e na Ciência da Informação desde os anos 80 e é o estudo de todas as entidades concretas e abstratas que compõem o mundo (Slavic e Civallero, 2011).

Duas fontes da ontologia são a observação e o raciocínio. A observação fornece conhecimento sobre o mundo e o raciocínio transforma-o em estrutura abstrata. Entretanto, devemos distinguir entre as questões epistemológicas - o que sabemos ou acreditamos que existe - e ontológicas - o que existe (Slavic e Civallero, 2011).

Lima (2013, p. 37) afirma que para que se dê a estruturação das ontologias, alguns princípios devem ser considerados: "clareza e objetividade; completeza; coerência; maximização da extensão; comprometimento ontológico mínimo; princípio da distinção ontológica; diversificação de hierarquias; modularidade e padronização".

De acordo com Currás (2005), conhecimento também pode ser entendido como um processo mental, inteligente, para adquirir saber, um passo intermediário na elaboração de linhas de opinião. Estaria entre a maior proporção de informação útil que impacta o cérebro para produzir conhecimento e seu subsequente



processo mental, que origina várias formas de pensamento.

No seu sentido geral, discorre sobre a divisão social do trabalho mental, ou seja, e a título de exemplo, a organização das universidades e outras instituições de investigação e ensino superior, a estrutura das disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e a disseminação do conhecimento. Por um lado, encontra-se a organização social do conhecimento, e por outro lado, a organização intelectual ou cognitiva de conhecimento (HJØRLAND, 2008).

As aplicações para armazenamento e recuperação de informação, como índices e classificações bibliográficas, têm sido parte da prática da biblioteconomia e da agenda de investigação da ciência da informação, desde o final do século XIX (GUIMARÃES e DODEBEI, 2013).

Uma definição mais específica da área para organização da informação, apresentada por Hjørland (2008), é o desenvolvimento de atividades, como descrição do documento, indexação e classificação, realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória”, expressão utilizada pelo autor, desempenhadas por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação e assuntos, bem como por algoritmos de computador e até mesmo leigos. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação são as disciplinas centrais da organização do conhecimento neste sentido.

Como campo de estudo, a organização da informação está preocupada com a natureza e a qualidade de tais processos de organização do conhecimento, bem como os sistemas de organização do conhecimento, usados para organizar documentos, representações de documentos, obras e conceitos.

Pode considerar-se que a importância da organização do conhecimento está em classificá-lo, observando os conceitos e a sua relação semântica. Para avaliar o melhor método de classificação é preciso considerar os meios nos quais foram produzidos como a lógica, os estudos epistemológicos, as convenções humanas, a herança, o propósito ou uma mistura de critérios. O envolvimento na investigação do que está por detrás da classificação viabiliza a sua validade (HJØRLAND, 2013).

As teorias clássicas do empirismo e do racionalismo ainda estão muito

vivas e influentes na investigação contemporânea (embora na maioria das vezes não reconhecidas). Essas teorias foram caracterizadas como falhas, mas se analisarem as suas deficiências, pode evitar-se a armadilha e fazer uma investigação conduzida a melhores classificações. Empirismo e racionalismo costumavam ser consideradas posições epistemológicas fundamentais, cuja combinação foi tentada pelos positivistas lógicos no começo do século XX sem sucesso. Hjørland (2013) considera quatro teorias como as teorias epistemológicas básicas: empirismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo.

Nos critérios relevantes do empirismo estão as observações, dados dos sentidos, indução de coleções de dados observacionais, dados intersubjetivamente controlados. No racionalismo, os critérios são o pensamento puro, lógica, modelos matemáticos, modelagem computacional, sistemas de axiomas, definições e teoremas. No historicismo, conhecimento prévio sobre pré-entendimento, teorias, concepções, contextos, desenvolvimentos históricos e perspectivas evolutivas. E no pragmatismo, informações sobre objetivos e valores e consequências, que envolvem o investigador e o objeto de investigação (sujeito e objeto) (HJØRLAND, 2013).

Assume-se que a organização prática de conhecimento pode ser feita por meio da aplicação do bom senso ou, nas principais bibliotecas de investigação e bases de dados, na contratação de especialistas que aplicam os seus conhecimentos específicos. Os profissionais de Ciência da Informação concentram, muitas vezes, esforços na aplicação de novas tecnologias, softwares e padrões. Aplicam frequentemente padrões para a descrição de natureza objetiva relativa. Por outras palavras, a prática da organização do conhecimento pode ser vista como uma sintaxe, ao invés de uma atividade semântica.

O trabalho semântico está preocupado com transformações motivadas pelo sentido ou significado dos símbolos, enquanto o trabalho sintático é determinado pela forma isolada dos símbolos, operando neles em seu aspecto como sinais. O trabalho semântico requer envolvimento humano direto enquanto o trabalho sintático originalmente humano pode ser transferido para a tecnologia da informação, onde se torna um processo mecânico (HJØRLAND, 2008).

A abordagem do “universo do conhecimento” tende a ver o conhecimento como um todo, que pode ser particionado em estruturas hierárquicas, enquanto a abordagem do “universo de conceitos” tende a ver o conhecimento como consistindo em unidades conceituais, que podem ser combinadas por meio de relações para um todo mais complexo. Ambas postulam que existem estruturas elementares de conhecimento, que podem ser expressas em um sistema de organização do conhecimento. A representação dessas estruturas obrigatoriamente requer a interação entre semântica e sintaxe nos sistemas de organização do conhecimento e o seu estudo pode auxiliar no programa de criação de “uma fusão de gramática e significado” em sistemas de organização do conhecimento baseados em classificação (Slavic e Civallero, 2011).

Do ponto de vista da cultura ocidental, a tendência geral para estabelecer uma ordenação da organização do conhecimento é visível ao distribuí-lo nas grandes classes pertencentes ao mundo inteligente e ao mundo sensível. Platão, no seu dualismo metafísico, marca essa distinção e adiciona um terceiro elemento prático em seu esquema: o teórico, o prático e o *poiético* (produtivo). Essas linhas, com mais ou menos variações, subdivisões e acréscimos, prevaleceram até aos nossos tempos. No entanto, as teorias posteriores estão inclinadas para a organização do conhecimento distribuída entre pura, aplicada e do espírito (Currás, 2005).

Se com o advento da Revolução Industrial no século 17 teve início a necessidade de se delinear os elementos básicos de compreensão da terminologia, como conjunto de termos de uma área técnica ou científica e também como disciplina de natureza linguística que estuda esse conjunto (BARROS, 2004), a partir do século 20, a necessidade de normalização terminológica se impõe como consequência de duas características do desenvolvimento do conhecimento científico, a interdisciplinaridade das ciências e as suas micro especializações. A primeira necessita de uma padronização dos termos para garantir a comunicação entre os especialistas, seja no interior de uma mesma disciplina, seja entre disciplinas diferentes. Já a segunda, acentua a criação de neologismos, isto é, termos novos ou antigos com nova significação, como por exemplo, o termo vírus, originalmente da biologia que foi tomado por empréstimo pela informática (RONDEAU, 1984)

(Lima, 2013, p. 30-31).

As classificações podem ser vistas como linguagens artificiais para fins especiais, suas gramáticas possuem significado léxico, ou seja, termos representando conceitos ou classes que são organizadas por meio de relações paradigmáticas e sintagmáticas. As relações paradigmáticas expressam o significado dos termos, estabelecendo relações hierárquicas entre eles, enquanto as relações sintagmáticas fornecem a sintaxe ao combinar léxicos com termos mais complexos. Os léxicos de uma linguagem de classificação bibliográfica são tipicamente expressos por meio de notação, que é um código composto de caracteres alfabéticos, numéricos ou alfanuméricos, enquanto as combinações dos léxicos resultantes da aplicação de regras sintáticas são indicadas por meios notacionais ou pela posição de elementos individuais dentro de um termo complexo (Slavic e Civallero, 2011).

As classificações são sistemas flexíveis para representar as entidades em um universo de conceitos, mas, para se defender a ideia de múltiplos universos de conhecimento articulados por conceitos, é necessário que se criem mais mecanismos para a representação e interação.

Conceitos representam ideias, que representam signos, que são facetas flexíveis. A classificação de conceitos usa a faceta e o desenvolvimento da memória para lhe dar significado sintático e semântico. No universo do conhecimento, a classificação precisa de mecanismos para relacionar a teoria da classificação padrão e a representação da semiótica na formação da ideia natural (Slavic e Civallero, 2011).

Currás (2005) afirma que

el estudio de la presentación y representación de la organización de conocimiento, se debe contemplar bajo el prisma de la propia presentación y representación del conocimiento. En realidad, supone ser un apartado importante dentro de la epistemología, o de la gnoseología, que se há tratado desde antiguo, aunque hayan sido ampliados su ámbito y sus aplicaciones (p. 26).

O campo da organização do conhecimento teve seu significado expandido. Em um dos seus aspectos, conserva seus princípios filosófico-psicológicos; por outro lado, se mostra como símbolo do seu uso, aplicado às tarefas diárias mais comuns e essenciais.

Muitos investigadores se especializaram no tema. Entre as principais figuras da história da Organização do Conhecimento tradicional estão Melvil Dewey (1851-1931) e Henry Bliss (1870-1955). Ambos desenvolveram diferentes abordagens na organização do conhecimento. O maior interesse de Dewey era encontrar uma maneira eficiente de gerir as coleções da biblioteca. Ambicionava desenvolver um sistema que pudesse ser usado em várias bibliotecas para melhor gestão das coleções.

A Classificação Decimal de Dewey não foi criada para nenhuma coleção específica e, sim, para minimizar a carga de trabalho nas bibliotecas. Pode ser considerado um sistema conservador, pois evita mudanças estruturais. Por outras palavras, a prioridade ao longo das distintas edições (versões) é a manutenção da consistência, mais do que fazê-la mais de acordo com os anseios da sociedade (HJØRLAND, 2008).

Neste aspecto, o utilizador perde a qualidade de uma visão mais realista sobre as relações entre disciplinas e campos de conhecimento, mas o administrador da biblioteca tem um sistema no qual a maioria dos livros já está classificada por outras bibliotecas ou agências e que é usado tanto para a sua disposição nas prateleiras quanto para a investigação de catálogos.

Para Hjørland (2008), a sua principal qualidade é representar um padrão e não um sistema otimizado para navegação ou recuperação de qualquer interesse. Vale a pena ressaltar que o que hoje é chamado Biblioteca e Ciência da Informação era conhecida como economia de biblioteca em 1876, quando a classificação foi publicada pela primeira vez, o que também explica o facto de o seu carácter administrativo ser maior do que académico.

Já Henry Bliss acreditava que as ciências tendem a refletir a ordem da natureza e a classificação da biblioteca deve refletir a ordem do conhecimento

como descoberto pela ciência, na qual a ordem natural leva à classificação científica e, por sua vez, à classificação biblioteconómica. (HJØRLAND, 2008)

Esta concepção defende que para os bibliotecários classificarem livros, devem conhecer o desenvolvimento científico. Do ponto de vista da formação superior de bibliotecários, o ensino de sistemas de classificação seria melhor conduzido se incluísse cursos de enciclopédia sistematizada e metodologia das ciências, ou seja, esboços que tentam resumir os resultados mais recentes na relação de um com outro nos quais eles seriam estudados juntos (HJØRLAND, 2008).

O preceito tem aparecido na gestão de bibliotecas de investigação e bases de dados bibliográficas, nas quais os especialistas são muitas vezes contratados para fazer o trabalho de Organização do Conhecimento. A importância do conhecimento do assunto não foi explicitada nas abordagens seguintes, exceto nas análises de domínio fora da Ciência da Informação e em recursos computacionais (HJØRLAND, 2008).

[Bliss foi o] primeiro a dizer que um esquema de classificação representava a “organização do conhecimento” e estabeleceu sua base filosófica e teórica tendo os seguintes princípios básicos: consenso, arranjo de assuntos correlatos, gradação em especificidade, localização alternativa e brevidade da notação (Carlan e Medeiros, 2011, p. 59).

Segundo Barité (2015), a classificação dentro da Organização do Conhecimento e, portanto, na sua concepção, dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, lida com os princípios, leis e aplicações referentes à distribuição de conceitos em universos organizados. Tem por objetivo organizar coleções ou referências de documentos impressos ou digitais de acordo com seus temas.

Em contraponto a Hjørland (2008), Barité (2015) acredita que é uma técnica intelectual qualificada, que consiste na análise metódica da informação e na atribuição de símbolos (da linguagem natural ou de um sistema de organização do conhecimento), que representam os tópicos contidos na referida informação.

O sistema de organização do conhecimento apresenta uma estrutura organizada dos termos correspondentes para uma ou todas as áreas do conhecimento, representadas por notações, que atribuem símbolos à informação, de acordo com seus temas. Pode agrupá-los, separá-los, organizá-los ou referenciá-los em uma sequência lógica e inter-relacionada.

A preocupação da relação entre os conceitos e a sua estrutura como domínio do conhecimento aproxima a ontologia da terminologia e contribui para a criação de um mapa conceitual e terminologia que leva à categorização dos conceitos fundamentais e sua posterior classificação (BARITÉ, 2015).

Uma vez criado o significado e construído o conhecimento, o uso da informação possui três vertentes: a tomada de decisão, a construção do conhecimento e a criação do significado.

A organização precisa de decidir entre as características escolhidas, as opções confiáveis e as suas consequências. Entretanto, tomadas de decisão racionais são difíceis. Implicam a definição princípios, a simplificação, bem como a existência de regras, processos, padrões e princípios cognitivos para a redução de incertezas. Esta definição precisa de certa flexibilidade para que não burocratize as relações a ponto de bloquear a inventividade (CHOO, 2003).

## **1.2 Recuperação da informação**

Como já foi apresentado, para a organização do conhecimento e da informação é essencial a adoção de sistemas de classificação e recuperação da informação.

Parte-se então do pensamento de que a organização se divida em duas grandes atividades: a descrição física e a descrição de conteúdo dos documentos. Este trabalho dará ênfase ao processo de descrição de conteúdo dentro da organização da informação, como forma complementar a descrição material dos documentos, tendo em vista a recuperação da informação.

Para Marco, Molina e Lacruz (2002, p. 163), recuperar é “acessar uma memória externa e resgatar dela uma determinada fração de informação que

contém para reconstruir um estado de conhecimento que se tinha no momento de guardá-la” (tradução nossa). Aí, então, reside o seu maior problema, recuperar o documento certo, para dele extrair a informação desejada.

Barité (2015) apresenta duas definições para a recuperação da informação. Na primeira, afirma que é a área de conhecimento que lida com questões relacionadas com os processos de acesso qualificado a qualquer tipo de dados em um sistema de informação. Abrange os aspectos teóricos, práticos e de aplicação, possui ligações estreitas com a Tecnologia da Informação e o desenvolvimento de sistemas inteligentes para a investigação e a recuperação de informação de qualquer tipo, em todos os formatos e para todos os propósitos.

Na segunda, é uma das operações fundamentais dentro de um sistema de informação. Refere-se ao conjunto de procedimentos destinados a obter dados, documentos e informações, para atender às necessidades específicas do utilizador, em níveis satisfatórios de relevância (BARITÉ, 2015).

La evaluación de los sistemas desarrollados dentro del campo ha sido uno de los temas a los que más atención se le ha prestado desde los orígenes de la IR. Dentro de este tema se abordan cuestiones relacionadas con las medidas acerca de lo buenos que son los sistemas desarrollados (si cumplen su función de manera eficaz y eficiente), si las mejoras aplicadas sobre un sistema realmente mejoran sus resultados, etc. (Seco-Naveiras, 2009, p. 23).

Os processos de organização do conhecimento, designadamente a classificação, a indexação, a descrição (em parte) e o resumo tem como principal finalidade a recuperação da informação solicitada a qualquer hora, por qualquer um, em qualquer parte do mundo. O grau de satisfação dos utilizadores depende da qualidade de um sistema ou serviço de informação (BARITÉ, 2015).

Rodríguez Bravo (2011), Lancaster (2004) e Molina, Marco e Lacruz (2002) consideram o resumo e a indexação os principais instrumentos de representação de conteúdo para recuperação da informação.



Resumo é um procedimento que se ocupa de representar o conteúdo para fins de recuperação por parte do utilizador. A sua grande diferença da classificação e da indexação está no facto de conter trechos da informação contida no documento (CLEVELAND D.; CLEVELAND, A., 2001 *apud* RODRIGUÉZ BRAVO, 2011).

Para Lancaster (2004, p.100), resumo é “uma reprodução sucinta, porém exata, do conteúdo de um documento”. Embora contenha palavras do documento, é uma criação do resumidor e não uma transcrição do documento original. A sua principal característica é auxiliar o utilizador a compreender se aquele documento tem relevância para a sua investigação.

No universo do tratamento da informação, a análise documental e a de conteúdo ainda são objeto de discussão. Compreende-se que a primeira trata da recuperação dos documentos e a segunda da recuperação de informação contida neles. A indexação é vista como operação comum destas análises, pois serve tanto para reconhecer e representar os conceitos relevantes do documento, como para normalizá-los por meio da linguagem documental (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011).

Dias e Naves (2007, p. 17) afirmam que o tratamento da informação

engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a:

- a) descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação da informação;
- b) desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições;
- e c) concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.).

Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras.

No seu *Diccionario de archivística*, Cruz Mundet (2011, p.301-302) afirma que recuperação seria o “processo que medeia entre a informação contida nos documentos e os utilizadores, e se desenvolve mediante instrumentos de

descrição e seus auxiliares, que permitem escolher dentre todas as opções possíveis as relevantes para cada usuário e busca concreta”.

Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (1999 *apud* BRANDT, 2009) ressaltam a importância que a recuperação da informação alcançou a partir dos anos 90 do século XX, graças à *web*. Os autores acreditam que, antes disso, a recuperação da informação era de interesse restrito a bibliotecários e especialistas em informação. Com a *World Wide Web*, houve uma mudança de perspectiva na utilização de novas ferramentas de recuperação da informação em aplicações multimídia e hipertextos.

En la actualidad disponemos de diversos instrumentos a nuestro alcance para resolver de la forma más eficiente la recuperación de la información en los archivos que han decidido poner sus fondos a disposición de cualquier usuario, o a usuarios de una comunidad específica. Estos instrumentos se basan en software y en hardware, así como en aplicación de estándares (Giménez-Chornet, 2011, p. 3).

Esta dissertação foca-se no tratamento da informação com recuperação de conteúdo proporcionado pela indexação. Objetiva-se o aprofundamento na análise da representação de conteúdo e sua utilização para a recuperação da informação do documento arquivístico. Para tanto, existe a necessidade da compreensão concetual profunda da atividade, assim como da organização de arquivos definitivos.

### **1.3 Organização da informação arquivística**

Qualquer instituição ou indivíduo precisa de gerir os documentos sob a sua guarda ou produzidos por si. A sua organização é essencial e diversos fatores contribuem para a sua realização.

Para a instituição de um verdadeiro Sistema de Arquivo, é determinante que os serviços de arquivo executem e controlem determinadas funções

arquivísticas, nomeadamente a produção, a avaliação, a preservação, o tratamento, a descrição, a indexação, a difusão, a valorização, a selecção e a eliminação, entre outras (ANTÓNIO; SILVA, 2006, p. 13).

A descrição na Arquivística pode ser compreendida como um processo de análise das informações contidas no documento que resulta em uma representação de seu conteúdo para posterior localização, identificação e recuperação, tanto para gestão quanto para investigação (HEREDIA HERRERA, 1991).

Nos arquivos permanentes, a descrição é responsável pelo elo entre a indagação do investigador e a sua solução, que ocorre por meio dos instrumentos de descrição documental. Por isso, é essencial que sua elaboração seja a mais precisa, cuidadosa e criteriosa possível. Neste panorama, a indexação também se coloca. Cada atividade com sua intenção e precisão (BELLOTTO, 2006).

Já de acordo com a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), a descrição arquivística deve abranger todo elemento de informação

não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação. Em especial, sistemas de informação automatizados podem servir para integrar ou selecionar, como exigido, elementos de informação, e atualizá-los ou alterá-los (ISAD(G), 2000, p. 11).

Pode dizer-se que os documentos de arquivo, pela sua especificidade, apresentam duplo valor de investigação: como parte de um conjunto documental organicamente produzido e/ou acumulado e por seu conteúdo unitário, que pode aproximá-lo de documentos de diferentes coleções e fundos.

Pensar na aplicabilidade da indexação associada a documentos arquivísticos exige que se percebam as principais diferenças entre os processos da Biblioteconomia e da Arquivologia/Arquivística, visto que tal processo é consolidado na primeira área, em detrimento da segunda.

Segundo Schellenberg (2006), a classificação na Biblioteconomia tem um sistema lógico, temático, que ajuda sua organização nas estantes, enquanto na Arquivística a classificação deve ser de acordo com sua proveniência em relação a entidade criadora, levando em consideração suas funções e atividades.

Por constituir peças avulsas, o método de classificação que funciona para documentos de biblioteca pode não funcionar em arquivos, pois resultaria na separação dos conjuntos de documentos e de sua contextualização, acarretando, como consequência, possíveis prejuízos na sua utilização probatória.

A catalogação descritiva também difere nas áreas, visto que, a unidade descritiva da biblioteca, o livro, corresponderia a um grupo de unidades informacionais de documentos de arquivo, uma série (SCHELLENBERG, 2006).

Ainda assim, com suas diferenças por conta da natureza dos materiais de estudo, é possível que as distintas disciplinas ofereçam contributos entre si. Schellenberg (2006) afirma que algumas técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação podem ser utilizadas em alguns arquivos constituídos de material avulso como mapas, plantas, discos, diapositivos, filmes ou unidades de arquivamento.

Alguns autores podem defender que a pesquisa em texto livre é a melhor solução, mas todos conhecemos o ruído que tal opção implica. Desde há muito que nas bibliotecas e arquivos são estudadas outras formas de recuperação da informação e o recurso a ficheiros de autoridade e a linguagens controladas é bem exemplo da preocupação quanto a pertinência da recuperação da informação. Através da identificação dos conteúdos mais solicitados, podem ser definidos os índices de pesquisa adequados a cada interesse (ANTÓNIO; SILVA, 2006, p. 72).

Embora na *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G))* (2000), publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos, não exista recomendação explícita de sua aplicação, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), de 2006, publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos brasileiro, inclui uma área exclusiva para pontos de acesso e indexação de assuntos, reconhecendo assim a sua pertinência.

Referir o desenvolvimento de uma política de indexação em uma instituição arquivística adquire relevo pela importância da interdisciplinaridade na gestão da informação. As referências da Arquivística servirão para confrontar o uso desses procedimentos com a especificidade desse tipo de informação e apontar caminhos que possam somar-se à gestão arquivística e basear o projeto com o propósito de aplicá-lo em arquivos permanentes.

No Brasil, a valorização da eficácia e o cuidado nos procedimentos de descrição arquivística e na disponibilização de pontos de acesso têm se mostrado cada vez mais apropriados, especialmente com a Lei de Acesso à Informação, que exige das instituições, como o Arquivo Nacional, agilidade e eficiência na recuperação do documento e da respectiva informação, para otimizar o tempo do utilizador.

#### **1.4 O uso da Indexação pela Arquivística**

Uma definição clássica, reafirmada por diferentes autores como Lancaster (2004), Fujita (2009) e Rodríguez Bravo (2011), é a de Chamier (1988), na qual, de acordo com a *United Nations International Scientific Information System* (UNISIST), a indexação é a representação dos conceitos contidos no documento e a tradução destes conceitos em uma linguagem documental.

Cabe destacar que, para Molina, Marco e Lacruz (2002), a consciência da existência de temas não foi criada a partir da classificação e da indexação. É uma mensagem de qualquer método comunicativo muito mais antiga. A temática é um processo cognitivo, no qual qualquer unidade de pensamento pode transformar-se em um tema. A relação entre o tema e a formação de um conceito está na sua equivalência de objetivo, partindo de uma informação conhecida para outra nova.

Em uma análise sobre o uso da linguagem natural e da linguagem controlada para definição do conceito, Van Slype (1991, p. 22) enfatiza:

Los lenguajes libres presentan, a la hora de indizar los documentos, una indudable ventaja en comparación con los lenguajes controlados: no

requieren una traducción, a partir de la expresión natural de los conceptos encontrados en los documentos, para obtener una representación de esos mismos conceptos en descriptores del thesaurus o de la lista de autoridades.

Barité (2015) afirma que indexação é a operação mais significativa da análise documental no que tange ao processo de descrição e representação do conteúdo temático de um documento. Ocorre por meio de criação de um número limitado de termos tirados diretamente do texto de documentos (palavras-chave) ou de vocabulários controlados (descritores). Esses termos devem caracterizar mais apropriadamente o documento, a fim de facilitar a sua futura recuperação.

Além disso, a indexação pode ser automática, isto é, realizada por meio de um programa de computador que reconhece, pondera e conta as palavras significativas listadas no título, resumo, descrição ou documento e, em seguida, seleciona alguns desses termos ou atribui automaticamente outros termos afins retirados de um vocabulário controlado, para representar o conteúdo temático de um documento e fornecer pontos de acesso para a sua recuperação. A indexação automática requer um protocolo e a formulação de um algoritmo (BARITÉ, 2015).

Já a indexação ponderada é caracterizada por atribuir um valor numérico para cada termo de indexação, com o objetivo de dar um certo peso ao tratamento de um tema de um documento ou para favorecer buscas temáticas de utilizadores do sistema de informação. Este modelo implica uma grande carga de subjetividade por parte do indexador, já que dele depende o critério que estabelece a ponderação em cada caso (BARITÉ, 2015).

Barité (2015) ainda cita a indexação com recurso a linguagem natural, na qual se utilizam palavras ou expressões tiradas diretamente do título, descrição, resumo ou próprio documento. Esta forma de indexação pode ser feita com eficiência relativamente alta por meios automáticos, embora possa ser de difícil recuperação pela falta de controle e normalização da linguagem. Já a indexação social trata da atribuição livre de rótulos aos recursos de informação disponíveis na Internet. É uma maneira colaborativa de utilização da linguagem natural para

estabelecer pontos de acesso, geralmente, a recuperação é aprimorada pelos moderadores ou por mecanismos semiautomáticos de normalização.

É importante ter em mente que o objetivo a ser atingido com todos os processos executados na entrada e no tratamento da informação (seleção, aquisição ou recepção, análise, entre outros) é a recuperação, o armazenamento e a difusão dos documentos (GIL LEIVA, 2008).

Verifica-se que as fases iniciais do processo de investigação realizadas, quer pelo utilizador, quer pelo responsável pela indexação, são similares. O utilizador também parte de uma análise concetual e, regra geral, na tradução do conceito para a investigação, recorre à linguagem natural. O sucesso da investigação do utilizador está na relevância da informação recuperada (OLIVÁN; ULLATE, 2000).

Considerada a parte mais importante dentro de um sistema de recuperação da informação, já que condiciona os resultados da questão de investigação do utilizador, a indexação deve produzir correspondência precisa entre a identificação dos conceitos mais relevantes e o assunto investigado nos índices e/ou instrumentos de descrição documental (RUBI; FUJITA, 2003).

A indexação por assunto difere de outros tipos de recuperação da informação. Elementos de suporte ou tipo de documento podem fazer parte de sua recuperação, mas eles não são um tópico do documento. A indexação é um processo cognitivo de duas etapas: análise e representação. Hoje, pode ser aplicada a todos os tipos de documentos e a todos os tipos de mídia. A etapa preliminar da análise (leitura, ou seja, a apreensão e a compreensão dos documentos) é diferente de acordo com o tipo de documento, mas ao nível do conceito, a indexação por assunto parece similar em Biblioteca e Arquivo (GUITARD, 2013).

A seleção dos elementos para recuperação da informação, descritores, palavras-chave, resumos, deve refletir os aspectos mais importantes do documento e, ao mesmo tempo, provocar no utilizador o interesse pela sua procura (OLIVÁN; ULLATE, 2000).

Mitchell, Zeng e Žumer (2011, p. 241) afirmam que os “modelos de vocabulários controlados, tesouros, listas de cabeçalho de assuntos precisam de ser adaptados aos sistemas de classificação desenvolvidos com diferentes objetivos, funções e estruturas” (tradução nossa).

Gil Leiva (2008) destaca três correntes presentes na literatura para a indexação de documentos: a centrada no documento, a centrada no utilizador e a centrada no domínio, cabendo ao indexador escolher o caminho a seguir.

Além disso, são diversos os instrumentos para controlo de vocabulário, descritores e termos de indexação a serem escolhidos: índices, resumos, vocabulários controlados, palavras-chave, listas de cabeçalhos de assunto, classificações, *thesauri*. Portanto, deve ter-se em consideração:

características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações (CARNEIRO, 1985, p. 221, *apud* RUBI; FUJITA, 2003, p. 68).

OLIVÁN e ULLATE (2000) reforçam a importância de o indexador compreender, no momento de leitura e análise conceitual do documento, do que se trata e qual o interesse dos utilizadores nele, para então traduzir e extrair os conceitos relevantes para o instrumento de recuperação da informação escolhido.

O indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67).



Autores como Oliván e Ullate (2000) e Gil Leiva (2008) enfatizam a natural limitação de temas e níveis quantitativos e qualitativos de resultados, cabendo ao indexador compreender e estabelecer quando da sua organização. Uma das questões mais relevantes está na escolha da base de dados e na sua capacidade de resposta para a entrada e a saída da informação.

Qualquer objeto pode ser indexado. Assim sendo, a sua utilização pode ser aplicada a qualquer tipo de documento, em suporte papel ou digital, e suporte, imagens em movimento ou fixas, documentos sonoros, obras de arte ou arquitetónicas (GIL LEIVA, 2008).

A partir desta premissa, investiga-se o uso deste processo em documentos arquivísticos.

Hoje em dia, está clara a preocupação da preservação do documento para o acesso no âmbito da Arquivística. Também é inegável que, com o aumento do volume informacional e com o crescente número de bases de dados para a organização de acervos, existe a necessidade de melhoria dos instrumentos de investigação para que melhor responda às necessidades dos utilizadores.

En épocas pretéritas sólo se apreciaba al documento de archivo atendiendo a su valor en sí, como pieza testimonial única, probatoria; por sus características físicas, particularidades externas, o su connotación lingüística. Hoy, se le incorpora lo representado en la información misma, que aleja al archivero de la tendencia historicista en el procesamiento documental, para acercarlo a las herramientas de las Ciencias de la Información. (MESA LEÓN *et al*, 2007, p. 10)

A discussão sobre o uso da indexação em documentos arquivísticos não é recente. Segundo Schellenberg (2006, p. 58), a “Sociedade Histórica de Massachusetts desenvolveu processos de indexação, a par dos de catalogação”. Já para Pétillat e Prax (1993 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 51), “a instrução de 24 de abril de 1841 inseriu, na prática arquivística da descrição, a construção de índices”.

Entretanto, somente a partir dos anos 80 do século XX, com o avanço da informática, houve o crescimento do interesse na sua utilização, com termos para recuperação, tesouros e dicionários.

É assim que, nos arquivos territoriais, a indexação de instrumentos de pesquisa e de relações de transferência de arquivos contemporâneos baseia-se em um mesmo tesouro, elaborado e definido pela direção dos Arquivos da França: o Thesaurus W (a letra sendo reservada para codificação das transferências contemporâneas), que propõe uma quádrupla indexação: “assuntos”, “ação”, “tipologia documental” e “contexto histórico”. (Sibille, 2007, p. 98)

Segundo Oliveira (2009), o primeiro autor a considerar a relação entre linguagem documentária e teoria arquivística é Lythe (1980). O autor, em seu artigo intitulado *Intellectual Access to Archives: I. Provenance and Content Indexing Methods of Subject Retrieval*, aborda questões como a importância de se organizar a documentação arquivística considerando as estratégias de investigação do utilizador.

Nas últimas duas décadas e sob o efeito incontornável da internet, os arquivistas se veem pressionados a disponibilizar na Web os seus conteúdos [...] Por outro lado, cada vez mais o interesse dos utilizadores se foca na obtenção de informação sobre assuntos, independentemente de ela ser custodiada por uma biblioteca, um arquivo, um museu, uma instituição de memória de qualquer tipo. (RIBEIRO, 2013, p. 537)

A descrição multinível é responsável por agrupar as informações pelo contexto histórico e/ou administrativo que as produziu ou acumulou, enquanto a indexação pode agrupá-las por assunto. Através dela é possível reunir documentos de origem e proveniência distintos por características comuns, o que amplia as possibilidades de investigação do utilizador.

A NOBRADE (2006, p. 60) destaca que a instituição arquivística deve “registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados

elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado”.

Gagnon Arnin (1997) afirma que o principal requisito de uma RDA (Resource Description and Access - Descrição e Acesso de Recursos) decorre de um dos princípios subjacentes à descrição, ou seja, que qualquer descrição deve tornar possível localizar o documento no seu contexto de criação. A concretização deste princípio é encontrada no respeito dos diferentes níveis de descrição, mas também na ligação que deve ser feita entre as palavras indexadas e os níveis de descrição a que se referem.

Sá e Santos (2005, p. 4) salienta que “os profissionais da informação devem transformar a ideia de ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ para ‘arquivos direcionados para o usuário’”.

Barros (2016) afirma que a representação arquivística se dá de três formas: pela classificação, pela descrição e pela indexação, sendo que este último seria um processo secundário que se dá depois da descrição multinível e baseado nela.

Outros aspectos dos materiais arquivísticos que tradicionalmente não foram considerados assuntos também fornecem pistas importantes para seu conteúdo e formam fortes ligações entre a proveniência e o conteúdo sem ser puramente uma coisa ou outra. O tempo e o lugar são pontos de acesso particularmente poderosos para os papéis de pessoas pouco conhecidas ou anónimas. A forma do material também pode ser um indicador do conteúdo, particularmente quando combinado com o tempo ou lugar (DOOLEY, 1992).

Medeiros, Vital e Bräscher (2016) ressaltam que diversos autores entendem que este tema carece de aprofundamento teórico (OLIVEIRA, 2012; RIBEIRO, 2005; CAMPOS, 2006, VITAL e BRÄSCHER, 2015), visto que poucas são as referências que explicitam como seria possível a realização da representação temática em documentos arquivísticos.

Uma investigação bibliográfica realizada por Garcia (2005) em bases de dados da França, Canadá, Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e Austrália sobre indexação em arquivos constatou que diversos autores não consideram a representação de assuntos como a mais adequada para arquivos devido à sua

natureza e organização por funções e atividades. Entretanto, os autores canadenses e franceses demonstram interesse no desenvolvimento do tema, recorrendo a fontes da Biblioteconomia.

Viana *et al.* (2013) analisam que existem duas situações nas quais se deve ter cuidado com o uso dos termos de indexação: quando o documento puder ser recuperado por outro ponto de acesso e quando o critério organizacional for temático. Segundo os autores, o indexador deve considerar a não utilização de descritores repetidos, seguindo o “princípio da não repetição de informação em descrições hierarquicamente relacionadas” recomendado pela NOBRADE (2006).

Lopez e Carvalho (2013) também fazem ponderações sobre a representação de conteúdo arquivístico:

No tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas. A designação de temas ou assuntos genéricos pouco serve para estabelecer as relações orgânicas dos documentos fotográficos com seus produtores e atividades geradoras, nas atividades de gestão documental (p. 272).

Sobre imagem fotográfica, afirmam:

A atribuição de um assunto a uma imagem fotográfica, quando feita sem o conhecimento dos motivos de sua produção, provavelmente será embasado em critérios não padronizados, tais como órgão de custódia, objetos captados, pessoas retratadas, com alta probabilidade de produzir um resultado questionável. [...] Qualquer documento de arquivo tem algum nível de polissemia, porém o que questionamos é a pertinência do apelo ao conteúdo em detrimento do conhecimento dos motivos arquivísticos de geração e conservação dos documentos fotográficos. É parte das funções do profissional de arquivo garantir que não haja perda de contextualização, mantendo a arquivália do documento, independente do uso que se faça dele (p. 277).

Por fim, explicam a importância no contexto histórico para documentos de arquivo:

O contexto administrativo de produção dos documentos é essencial para propiciar aos consulentes a compreensão sobre os motivos que levaram à criação do documento impossível de serem percebidos somente através do conteúdo [...] bem como para evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos (p. 278).

Ribeiro (2011) reforça a ideia de que o contexto no qual o documento arquivístico está inserido é essencial para a forma na qual seu conteúdo será representado. De acordo com a autora, são três níveis de análise: primeiro nível (nível sumário) - arquivo / fundo - secções e subsecções; segundo nível (nível exaustivo) - séries arquivísticas; terceiro nível (nível profundo) - documentos e actos informacionais.

O nível de indexação afecta, naturalmente, a profundidade da indexação, o que significa que os graus de exaustividade e de especificidade adoptados são diferentes e estão de acordo com a profundidade que é definida. [...] Mais do que os domínios cobertos pela indexação, interessa ter em conta o contexto em que a informação foi produzida e no qual é usada, a sua função e os elementos informativos que os documentos contêm. [...] O conhecimento dos utilizadores e das suas necessidades informacionais é, também, determinante para se efectuar a selecção dos conceitos, tendo-se em conta, como a norma estipula (p. 44).

A incorporação de novos utilizadores nos arquivos ajudou a promover mudanças no seu mundo. As características de comunidades de utilizadores têm variado, bem como o seu comportamento antes do uso da informação. A implantação das tecnologias da informação, tanto na produção documental como na sua circulação, implica o surgimento de um novo conceito de utilizador que não terá acesso aos arquivos pessoalmente para consultar a documentação, mas fá-lo-á a partir da sua casa ou do seu local de trabalho, ao conectar seu computador a redes de informação para aceder aos instrumentos de descrição documental dos arquivos ou directamente às suas coleções documentais e obter, consultar ou reproduzir os documentos ou as informações que lhe interessam. Com esta

situação, os arquivos necessitam desenhar novas estratégias para acesso e divulgação de informações. (LLANES PADRÓN, 2016)

Deste modo, verifica-se a importância da discussão em torno da representação de conteúdo dentro da organização do conhecimento e da informação, da recuperação da informação e, ainda, da normalização e dos conceitos de informação arquivística. Há a necessidade de se estabelecer relações entre as atividades que se unem por suas similaridades, mas, ao mesmo, destacam-se por suas diferenças.

Aspira-se comprovar que o processo de indexação tem a sua pertinência no universo arquivístico. Refletir sobre a elaboração de critérios para o melhor funcionamento dos pontos de acesso e a sua recuperação por parte do utilizador, agilizando o atendimento e a organização do acervo.

## **2 Metodologia**

O tema desta dissertação é a representação de conteúdo para recuperação da informação arquivística. Para isso, formula-se o problema com a seguinte pergunta de partida: *Como promover a recuperação da informação arquivística de forma eficaz e eficiente no Arquivo Nacional do Brasil?*

A elaboração do trabalho acontece, principalmente, por observação e comparação com outros estudos e visa afirmar: “Se indexar a informação arquivística presente nos documentos do Arquivo Nacional brasileiro, então terá uma recuperação da informação mais eficaz e eficiente”. (MARCONI, LAKATOS, 2003)

A investigação tem objetivos gerais e específicos, como segue:

### **2.1 Objetivo geral**

Investigar meios de promover a melhoria na representação de conteúdo para uma recuperação da informação arquivística mais eficaz e eficiente.

## 2.2 Objetivos específicos

- Explorar os princípios da organização da informação arquivística no Arquivo Nacional brasileiro;
- Analisar a representação de conteúdo em informação arquivística no Arquivo Nacional brasileiro;
- Analisar a indexação como forma de acesso à informação arquivística no Arquivo Nacional brasileiro;

Procurou-se conhecer melhor a organização e a recuperação da informação arquivística por meio de investigação exploratória, que tem por objetivo explicitar o problema, aprimorando as ideias a respeito do assunto, considerando os seus variados aspectos, e descritiva, cujo objetivo é descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis (Gil, 2004).

Parte-se de um método indutivo, no qual, segundo Marconi e Lakatos (2003), dados particulares, se suficientemente constatados, podem ser considerados verdade. O resultado é “um conteúdo muito mais amplo do que as premissas nas quais se basearam” (p. 86).

A forma da indução aqui aplicada é a incompleta ou científica, na qual casos adequadamente observados, sob diferentes circunstâncias e pontos de vista, podem induzir o que se diz sobre determinado fenômeno (MARCONI, LAKATOS, 2003).

A investigação tem cunho teórico e prático. Os dois primeiros elementos, relacionados com a parte teórica, visam responder aos seguintes objetivos específicos: explorar os princípios da recuperação da informação, analisar a representação de conteúdo em informação arquivística e analisar a indexação como forma de acesso à informação arquivística.

Os elementos Arquivo Nacional do Brasil e a aplicabilidade da indexação estão relacionados com o objetivo específico de investigar: a recuperação da informação arquivística no acervo definitivo no Arquivo Nacional do Brasil, constituindo a parte prática do trabalho, por meio do estudo de caso da instituição.

O trabalho divide-se nas etapas a seguir.

### **2.3 Revisão da literatura**

Para responder aos objetivos de explorar os princípios da recuperação da informação, analisar a representação de conteúdo em informação arquivística e a indexação como forma de acesso, foi necessário desenvolver um embasamento teórico por meio de uma revisão bibliográfica em Ciência da Informação, mais precisamente em organização, recuperação e representação do conhecimento e da informação, com foco na Arquivística.

Então, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre organização do conhecimento, organização da informação e recuperação da informação, além de organização e indexação de documentos arquivísticos, com vistas à identificação dos principais autores e abordagens para a elaboração de uma fundamentação teórica pertinente.

A revisão da literatura é sempre recomendada para o levantamento da produção científica disponível e para a (re)construção de narrativas, que articulam saberes de diversas fontes na tentativa de trilhar caminhos na direção daquilo que se deseja conhecer. No entanto, este método, de caráter descritivo-discursivo, não pode apresentar características de reprodutibilidade e repetibilidade, para não se tornar demasiadamente empírico, obscuro e/ou inconclusivo (SEGURA-MUÑOZ *et al.*, 2002, apud GOMES, CAMINHA, 2014).

Seguiram-se oito etapas nesta fase, baseadas em Molina e Lakatos (2003): escolha do tema que se pretende desenvolver; elaboração do plano de trabalho, com a estrutura da introdução, desenvolvimento e conclusão; identificação e reconhecimento do assunto pertinente ao estudo; compilação com a reunião sistemática do material bibliográfico escolhido; resumos para a organização do assunto a ser desenvolvido; análise e interpretação deste material; e a redação propriamente dita desta revisão da literatura.

Alguns critérios foram adotados para a inclusão e exclusão das referências bibliográficas utilizadas neste trabalho:



Fontes: Livros, teses, revistas, artigos publicados;

Idioma dos estudos: Português, espanhol, inglês e francês;

Palavras-chave: “Organização do conhecimento”, “Recuperação da informação”, “Representação de conteúdo”, “Indexação” e “Organização da documentação arquivística”.

Critérios de Inclusão:

Trabalhos que contêm assuntos das palavras-chave e tenham abordagem qualitativa.

Critérios de Exclusão:

Trabalhos que não tiverem metodologia clara serão excluídos, trabalhos publicados antes do ano 2000, que não tiverem embasamento comprovado por autores nos últimos quinze anos, serão excluídos.

## **2.4 Estudo de caso**

Para investigar a recuperação da informação arquivística no acervo permanente no Arquivo Nacional do Brasil, optou-se pela realização de um estudo de caso na instituição de abordagem qualitativa. Esta decisão foi tomada por ser considerada essencial para o conhecimento do fluxo das atividades que circundam o processo, além de mostrar qual é a procura e o grau de satisfação dos utilizadores.

A investigação de campo tem por finalidade “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do investigador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma investigação futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 188).

De acordo com Yin (2001), existe um protocolo para a realização de estudos de caso que deve ser seguido e que inclui: visão geral do projeto do estudo, com questões relevantes ao processo e leitura de material relevante para a execução da atividade; procedimentos do campo, que incluem agendamento de visita, verificação de procedimentos de acesso, escolha dos entrevistados;

questões do estudo de caso, com a organização da recolha de dados e guia para o relatório do estudo de caso, com todas as especificações bibliográficas necessárias.

Para o estudo de caso, Yin (2001) explicita que é necessário que se analise cinco componentes:

a) Questões de estudo: a formulação da questão é chave para as estratégias de investigação, explicitando a natureza do estudo;

b) Proposições de estudo: no qual cada proposição dá atenção a uma finalidade do estudo. Questões como “como” e “por que” podem captar a essência daquilo que se pretende responder?

c) Unidade de análise: o que é o caso. Definir o âmbito do que se vai estudar, se indivíduo, se grupo, se instituição.

d) Lógica que une os dados às proposições: estabelecer uma ligação entre o dado obtido e a proposição do estudo.

e) Critérios para interpretar as descobertas: mesmo não havendo uma maneira precisa para tal, é necessário que as descobertas possam ser interpretadas de forma clara e precisa.

Para responder a estes componentes, este estudo foca-se no universo, na amostra e na recolha de dados. Ressalta-se que em todos os casos, optou-se pelo anonimato dos participantes, a fim de evitar desconforto na exposição das ideias.

...há algumas ocasiões em que o anonimato se faz necessário. O fundamento lógico mais comum é que, quando o estudo de caso for sobre algum tópico polémico, o anonimato serve para proteger o caso real e seus verdadeiros participantes. Uma segunda razão é que a divulgação do relatório final de um caso pode interferir nas ações subsequentes das pessoas que foram estudadas (YIN, 2001, p. 176-177).

#### **2.4.1 Universo**

O universo é a unidade de investigação, neste caso, os utilizadores do Arquivo Nacional do Brasil, a principal instituição arquivística da América Latina, cujo acervo possui um número relevante de acessos mensais.

#### **2.4.2 Amostra**

A amostra é a representação menor de um todo maior, a fim de que o investigador possa analisar um dado do universo, neste caso foram escolhidos de maneira aleatória os utilizadores que foram ao Arquivo Nacional, entre os meses de julho de 2018 a fevereiro de 2019, e responderam o questionário sobre qualidade no atendimento.

A análise foi feita a partir dos relatórios de investigação sobre qualidade no atendimento, elaborados mensalmente, disponíveis na página do Arquivo Nacional brasileiro (<http://arquivonacional.gov.br/br/estudos-de-usuario/pesquisa-de-satisfacao.html>).

#### **2.4.3 Recolha de dados**

A recolha de dados foi feita por meio de questionários distribuídos diariamente aos utilizadores da Sala de Consulta do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e *online* aos utilizadores do atendimento à distância.

São 14 (quatorze) perguntas sobre dados pessoais do utilizador, avaliação do atendimento, avaliação dos instrumentos de descrição documental e bases de dados, tema investigado, objetivo da investigação, sucesso na investigação e sugestões para melhoria dos serviços.

### **3 Arquivo Nacional do Brasil**

#### **3.1 Histórico**

O Arquivo Nacional brasileiro é uma instituição subordinada ao Ministério da Justiça e responsável pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da administração pública federal. A sede fica no Rio de Janeiro e há a Regional do Distrito Federal, em Brasília.

A sua finalidade é a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do património documental arquivístico do país, com garantia do pleno acesso à informação, que visa apoiar as decisões governamentais de carácter político-administrativo, assegurar ao cidadão a defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. Além disso, implementa e acompanha a Política Nacional de Arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

A origem do Arquivo Nacional remonta a 1838, quando surgiu o Arquivo Público do Império e guardava os documentos públicos em três seções: “Administrativa, responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; Legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo, e Histórica” (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

A partir de 1876, o Arquivo Nacional foi reestruturado em três seções - Legislativa, Administrativa e Histórica, e foram estabelecidos prazos para a recolha de documentos e foi instituído o cargo de agente auxiliar do diretor, com a função de identificar e obter documentos importantes nas províncias. O Parlamento comprometeu-se a enviar os originais dos atos legislativos e administrativos para a Instituição, que passou a ter também competência para adquirir e conservar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Já em 1877, o arquivo possuía 420 caixas de documentos, do Brasil-Colónia, Brasil-Reino Unido e Brasil-Império. E em 1886, foi lançada sua primeira publicação, “Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, de 1662 a 1821”, endereçadas primeiramente ao governador do Rio de Janeiro, e em seguida ao vice-rei do Brasil em 1763 (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Em 1893, a instituição passou a denominar-se Arquivo Público Nacional, com as seções Legislativa e Administrativa e Judiciária e Histórica. Em 1911,

passou a ser conhecida como Arquivo Nacional com as seções Administrativa, Histórica, e Legislativa e Judiciária (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

O Arquivo Nacional foi reorganizado em 1932, dividido nas seções Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária, Biblioteca e Mapoteca e Secretaria. Um novo regimento, de 1958, criou o “Conselho de Administração de Arquivos; o Serviço de Documentação Escrita; o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica; o Serviço de Pesquisa Histórica; o Serviço de Registro e Assistência; a Seção de Consultas; a Seção de Restauração e a Seção de Administração” (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

A partir de 1975, a estrutura foi alterada para: “Divisão de Pré-Arquivo, Divisão de Documentação Escrita, Divisão de Documentação Audiovisual, Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, Divisão de Publicações, Divisão de Administração e Coordenadoria de Cursos de Arquivologia” (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

No intuito de adotar políticas que garantissem a preservação do patrimônio documental brasileiro e uma política nacional para arquivos públicos e privados, foi decretada a lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

### **3.2 Sistemas de informação e sítios de investigação da instituição**

#### **3.2.1 Sistema de Informações Do Arquivo Nacional (SIAN)**

O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) é a principal base de dados da instituição e está dividida em dois módulos: Multinível (Fundos e coleções) e MAPA (Memória da Administração Pública).

No módulo Multinível, o utilizador pode ter um panorama de grande parte do acervo custodiado pela instituição. Além disso, neste sistema é possível receber informações sobre outras bases e instrumentos de investigação presentes no Arquivo. Neste módulo, constam cerca de novecentos fundos, sendo possível

pesquisá-los por níveis e verificar a sua organização até ao item documental (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Ademais, neste módulo pode realizar-se a procura por “pesquisa livre” - que recupera a informação por meio de uma palavra, que pode constar em qualquer campo da descrição, ou por “pesquisa avançada” – na qual o utilizador pode restringir a sua pesquisa a um campo específico, tal como: assunto, datas, indicação de responsabilidade, âmbito e conteúdo, entre outros.

O módulo seguinte, MAPA, trata-se de um registo sobre atos legais, como decretos e portarias, entre os séculos XIX e XXI, que “criaram, extinguíram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração central e da administração pública federal” (MAPA, 2017). Desta forma, torna-se fonte para auxiliar na identificação de acervo mais pertinente para uma determinada investigação (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

O sistema oferece a possibilidade de explorar o acervo da instituição nos cinco níveis de organização arquivística: fundo, secção, série, processo e item. Nele, pode investigar-se por mapas, plantas fotografias, objetos, discos, fitas, filmes, cartazes, desenhos, entre outros formatos, descritos na metodologia multinível.

De acordo com SIAN, nesta modalidade, o utilizador tem como opções de investigação:

- Pesquisa Livre: busca por termos presentes em campos-texto dos registros, associando-os ou não aos respectivos níveis de descrição e à data. Recupera arquivos digitais já associados aos registros, não submetidos ao reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Pesquisa Avançada: busca informações por campos específicos, no qual se opta por até quatro elementos combinados. Recupera arquivos digitais já associados aos registros, não submetidos ao reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Pesquisa Multinível: navega pela hierarquia dos níveis de descrição dos fundos e coleções conforme a estrutura de organização dos mesmos.

- Pesquisa Digital: busca informações no conteúdo dos documentos digitalizados, associados a um dos níveis de descrição, possibilitando o acesso à representação digital dos mesmos (leitura, visualização e/ou audição). Não recupera textos manuscritos. Exclusiva para documentos em PDF, sobre os quais foi aplicado o recurso de reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Instrumentos de pesquisa: possibilita identificar a relação entre fundos e coleções e respectivos instrumentos de pesquisa, independentemente da sua atualidade ou obsolescência. Em alguns casos, permite a leitura na íntegra do instrumento referenciado.
- Notação anterior: busca registros de documentos pela notação anterior. (ARQUIVO NACIONAL, 2019)

### **3.2.2 Outras bases de dados do Arquivo Nacional**

De acordo com o Arquivo Nacional (2019), a instituição possui outras bases de dados para consulta, além da principal base de dados, SIAN, disponíveis para consulta em sua página (<http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/bases-de-dados>):

- Base de dados Acervo Judiciário do Arquivo Nacional.

Alguns dos acervos mais investigados da instituição estão nesta base de dados, que reúne documentos judiciais de vários órgãos do Poder Judiciário brasileiro. Dentre os documentos disponíveis estão habilitações de casamento, registros de nascimento, casamento e óbito, antigas coleções do Arquivo, tais como, Inventários, Terras, Escravos, além de processos das varas cíveis e comerciais do Rio de Janeiro e Tribunais Superiores.

- Base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil - Porto do Rio de Janeiro

Esta importante base de dados iniciado em 2008 com o projeto "Entrada de Estrangeiros no Brasil: As relações de passageiros desembarcados no porto do Rio de Janeiro" vem recuperar a história dos grupos migratórios que participaram na formação da sociedade brasileira contemporânea, por meio da disponibilização de informações de mais de duzentos mil imigrantes do período de 1875 a 1910.

- Base de dados Família Ferrez

Esta base inclui o arquivo de Gilberto Ferrez, importante historiador brasileiro, de seu pai, tio e avô, respectivamente, Júlio, Luciano e Marc Ferrez, além do arquivo da firma comercial que possuíam - Marc Ferrez & Filhos. Marc Ferrez foi um fotógrafo franco-brasileiro de grande notoriedade, que retratou períodos do Império e do início da República no país. O acervo do Arquivo Nacional possui cerca de 40 mil itens acumulados e preservados ao longo de mais de 150 anos.

- Base de dados Guia de Fontes para a história da Holanda e holandeses no Brasil.

Projeto cooperativo multi-institucional com base no software ICA-AtoM, trata-se de um guia de fontes para a história da Holanda e dos holandeses no Brasil. É uma das atividades no contexto do Common Cultural Heritage Programme (Programa de Património Cultural Comum) desenvolvido por arquivos brasileiros em conjunto com países como Rússia, África do Sul, Estados Unidos, Bélgica, Gana, Índia, entre outros que compartilhem histórias e cultura com os Países Baixos.

- Base de dados Movimentação de Portugueses no Brasil (1808 - 1842).

Esta base possui 64.194 registros com informações dos portugueses no Brasil neste período como idade, estado civil, morada, profissão, acompanhantes, características físicas, e destinos. Realizado com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Investigação do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

- Base de dados Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro.

As fichas produzidas na década de 1970 pela antiga Seção do Poder Judiciário do Arquivo Nacional podem ser encontradas nesta base de dados, com exceção dos 6.º, 9.º, 13.º e 17.º Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, que não foram recolhidos pela instituição.

- Base de dados Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI)

Esta base de dados recupera processos recolhidos pelo MJNI, atualmente denominado de Serviço de Comunicações (SECOM).



- Memórias Reveladas

Custodiado por diversas entidades brasileiras, a base reúne o acervo constituído por cartas, processos, mapas, desenhos, fotografias, folhetos e panfletos do período entre 1964 e 1985, conhecido pela repressão política do regime militar no país.

- Biblioteca Maria Beatriz Nascimento

O decreto 6164, de 24 de março de 1876, continha em anexo um regulamento do Arquivo do Império instituindo a biblioteca do Arquivo Nacional. "Haverá no Archivo Publico uma Bibliotheca, a qual, além da collecção impressa da legislação pátria, conterà obras sobre direito publico, administração, historia e geographia do Brazil". (Arquivo Nacional, 2019).

### 3.2.3 Sítios eletrônicos para investigação

Dentro do objetivo de complementar o atendimento e auxiliar os utilizadores na investigação, o Arquivo Nacional (2019) também apresenta sob sua responsabilidade outros sítios:

- Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA (<http://mapa.an.gov.br/>).

Além do módulo de investigação no SIAN, o projeto possui um sítio eletrônico com informações referentes à história da administração pública do Brasil desde o período colonial, a dinâmica administrativa e suas constantes transformações. Além da página, o MAPA produz livros, publicações virtuais e o **Dicionário da Administração Pública Online**, sempre na procura de suprir a necessidade de estudos sobre a história do Estado nacional e a evolução de suas políticas públicas.

- Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira (<http://historialuso.an.gov.br/>).

Nesta página, o investigador pode conhecer o acervo do Arquivo Nacional sobre a História Luso-Brasileira, dos séculos XVI a XIX. O sítio é parte de um amplo programa que há mais de uma década promove exposições, livros, seminários, entre outros produtos.

- Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República ([http://www.an.gov.br/crapp\\_site/default.asp](http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp)).

Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República (CIAPR) é um sistema de informação com acervos documentais dos presidentes da República, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica. Abrange documentos produzidos e acumulados antes, durante e depois do mandato presidencial e custodiados por instituições públicas, entidades privadas, particulares ou pelo próprio titular.

- Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira (<http://www.an.gov.br/anac/index.asp>).

Acervo com 3500 conjuntos documentais referentes à história luso-brasileira entre os séculos XVI e XIX. Indexados por temas, lugares e nomes de instituições ou indivíduos.

- Retratos Modernos (<http://www.an.gov.br/retratosmodernos/>).

Página criada como resultado da publicação Retratos Modernos, lançada pelo Arquivo Nacional em 2005. Possui imagens de membros da classe senhorial, escravos ou libertos e “anônimos” que se fizeram retratar em ateliês, vistas ou paisagens do Rio de Janeiro e de algumas outras cidades da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. As imagens são de estúdios brasileiros e estrangeiros e marcam a introdução e a divulgação da fotografia brasileira.

- Que República é essa? Portal de estudos do Brasil Republicano (<http://brasilrepublicano.an.gov.br/>).

A página possui textos, imagens, vídeos e outros documentos sobre a história republicana brasileira, incluindo um outro olhar sobre eventos muito conhecidos. Trata-se de um projeto da Equipa de Pesquisa do Arquivo Nacional, cujo objetivo é oferecer fontes de investigação *online* confiáveis acerca do período.

## 4 Estudo de utilizadores do Arquivo Nacional do Brasil

O estudo de utilizadores vem sendo usado como ferramenta pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação ao longo dos anos. Seu objetivo é recolher dados que podem ser quantitativos e qualitativos. Quando quantitativos, abordam questões sobre idade, sexo, formação acadêmica, e os qualitativos referem-se às impressões dos utilizadores na pesquisa da informação (Rodrigues, 2017).

A origem remonta a década de 30 do século XX, nos Estados Unidos, para bibliotecas, e a partir da década de 40, na Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e demais países, com o foco no uso da informação na comunicação científica pelos investigadores. No Brasil, os estudos começaram na década de 70, nos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, e a partir de 1982 nos cursos de graduação de Biblioteconomia (Araújo, 2016).

Os métodos mais comuns são: entrevista, observação, análise de conteúdo e questionário.

A entrevista pode ser não estruturada, semiestruturada ou estruturada. A sua vantagem está na possibilidade de captar as reações do entrevistado e o entrevistador estar presente para esclarecer alguma dúvida; já a desvantagem é a necessidade de o entrevistador ganhar a confiança do entrevistado, com atenção às distorções, para que as respostas sejam confiáveis (Baptista e Cunha, 2007).

A observação pode ser direta (espontânea, não estruturada), em que é possível observar comportamentos e condições ambientais. O investigador pode avaliar durante certo tempo a incidência de determinados comportamentos no campo de estudo; ou participante (não sistemática ou sistemática), na qual ele não é passivo, pode interagir com a população, participar de eventos ou grupos do campo de estudo (Yin, 2001).

A análise de conteúdo é usada para determinar a frequência de determinados fenómenos. A partir da situação, procura um embasamento teórico para ratificar a sua existência. É apropriada para analisar questões de uma

população e a facilidade de leitura de textos, comunicações e sistemas(Baptista e Cunha, 2007).

Contudo, o questionário é uma das técnicas mais utilizadas, e a escolhida para este caso. Dentre as maiores vantagens deste instrumento estão o facto de ser rápido, de baixo custo e poder atingir um grande grupo de pessoas. Como é aplicado na ausência do investigador, dá liberdade e tempo. As desvantagens estão, principalmente, na ausência de alguém para esclarecer dúvidas no momento do preenchimento, no facto de poderem não refletir o real problema do utilizador, a possibilidade de um índice baixo de resposta, de uso de terminologia inadequada (Baptista e Cunha, 2007).

No Arquivo Nacional do Brasil, os estudos começaram em 2017, com a criação do Núcleo de Estudos do Usuário, serviço com a equipa responsável por recolher dados e realizar análises sobre o uso e os utilizadores dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional, colaborar para o aperfeiçoamento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e suas interfaces, elaborar e atualizar o guia de instrumentos de descrição documental do Arquivo Nacional, sugerir alterações nesses instrumentos, de acordo com as necessidades dos utilizadores, e as ações de Coordenação de Consultas ao Acervo, com a finalidade de melhorar a qualidade do atendimento do utilizador.

As suas ações referentes à avaliação do atendimento estão de acordo com o **Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas**, instituído no Brasil pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, cujo objetivo é analisar a satisfação dos utilizadores no atendimento oferecido pelo Poder Executivo Federal, e em integração com a **Plataforma de Cidadania Digital**, do Portal de Serviços do Governo Federal, que trata da oferta dos serviços públicos digitais pelos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, lançados em 2016 (Arquivo Nacional, 2018).

Atualmente, duas técnicas de recolha de dados relativos aos utilizadores ocorrem na instituição: o questionário (Anexo 1), com foco no atendimento realizado pelos funcionários de referência na sala de consultas, instrumentos de

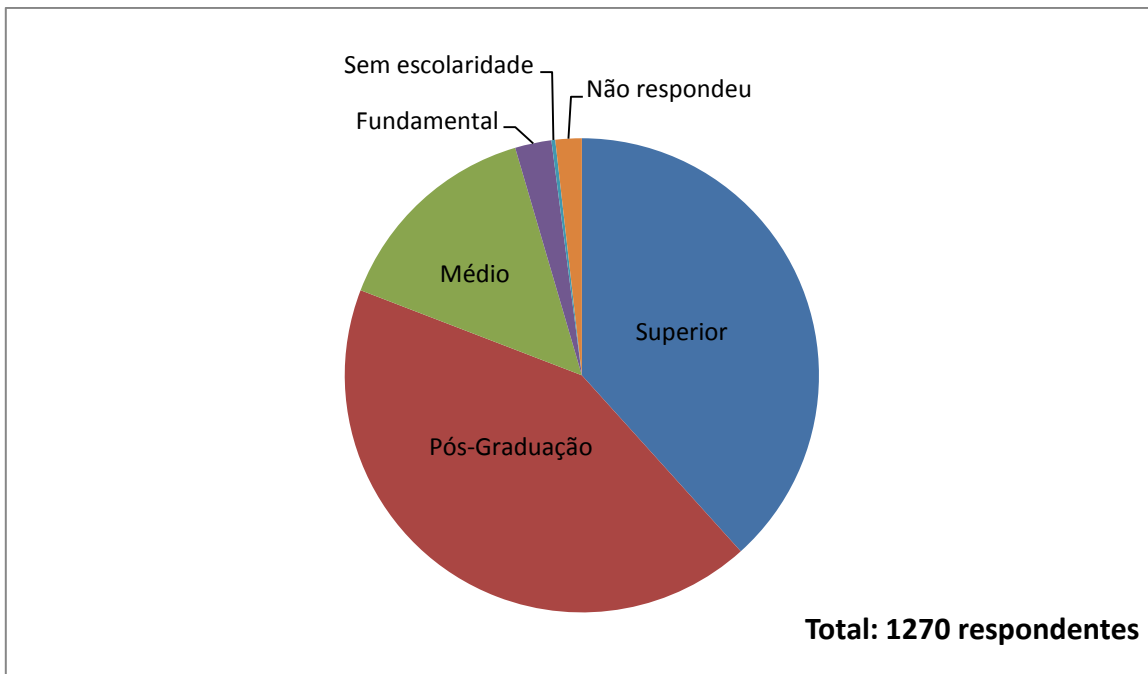
descrição documental e infraestrutura de apoio, além de reunir dados quantitativos da população atendida; e a entrevista semiestruturada do evento “Com a palavra, o usuário”, que tem por objetivo

dar voz a pesquisadores usuários do Arquivo Nacional, convidando a cada edição um pesquisador com experiência reconhecida pela instituição para apresentar seu percurso de pesquisa e busca de informações no AN. São assim levantados os procedimentos feitos e as dificuldades encontradas, de maneira a fornecer um *feedback* para que possamos aperfeiçoar continuamente o atendimento ao cidadão e os nossos instrumentos de pesquisa (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Para este trabalho, optou-se pela análise dos questionários respondidos entre julho de 2018 e fevereiro de 2019. O intitulado: **Pesquisa sobre qualidade no Atendimento**, criado pelo Núcleo de Estudos de Usuários, parte da Coordenação de Consultas ao Acervo da instituição, sendo distribuído em papel para utilizadores presenciais na sede da instituição, no Rio de Janeiro, e na regional, em Brasília, e *online* para os do atendimento à distância. É distribuído diariamente e tem seus dados compilados em relatórios mensais.

É composto por 14 (quatorze) perguntas, nas quais 13 (treze) tem respostas fechadas e 1 (uma) aberta, de sugestões para melhoria e comentários. No período analisado, 1.270 (mil duzentos e setenta) pessoas responderam às perguntas, entre utlizadores presenciais e à distância, do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

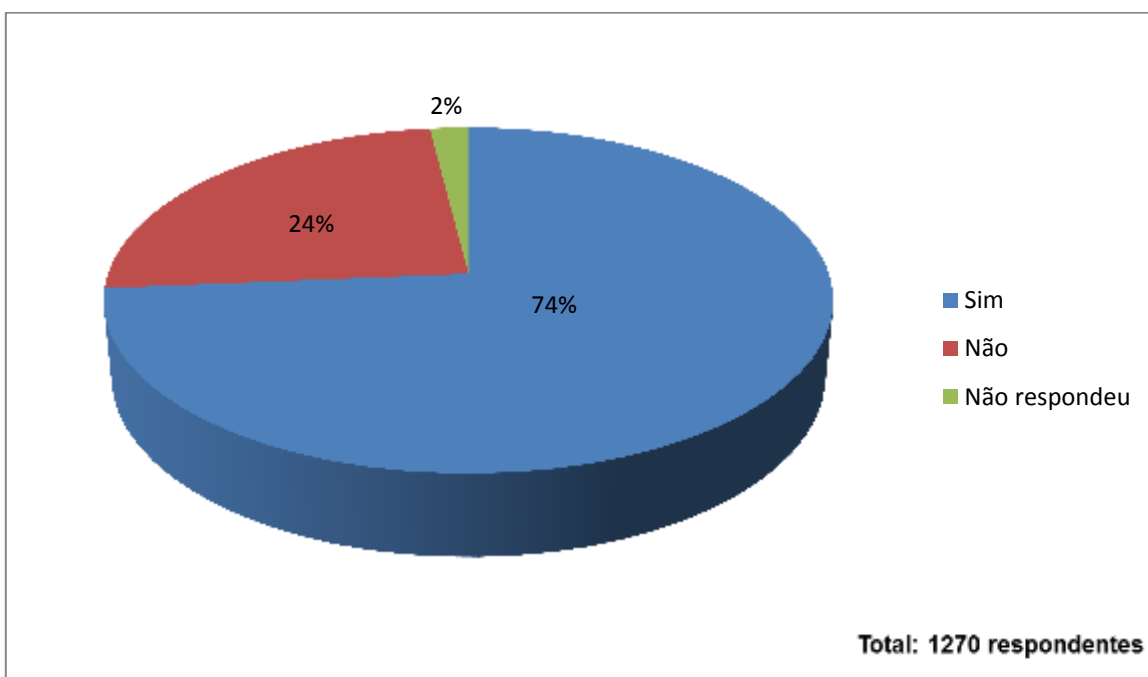
A primeira pergunta refere-se ao nível de escolaridade do utilizador e o curso realizado (aspeto este não considerado pertinente para este trabalho).



**Gráfico 1 - Nível de escolaridade**

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

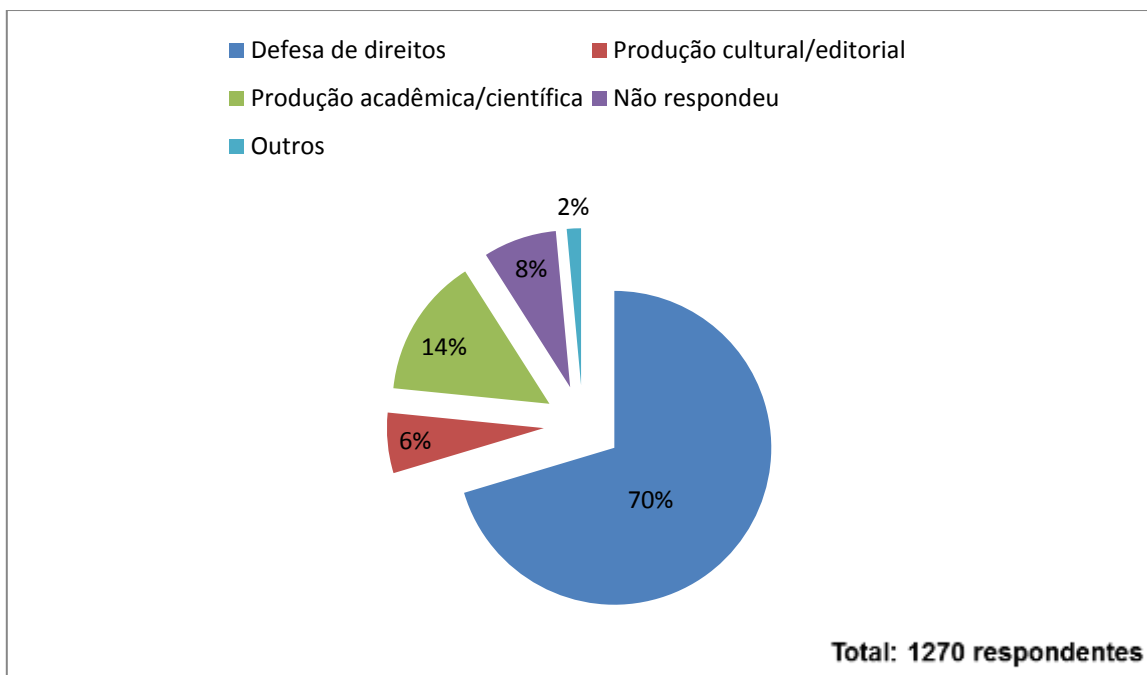
Em seguida, o utilizador responde se é a primeira vez no Arquivo Nacional, o que foi considerado relevante para conhecer o grau de dificuldade que cada novo utilizador tem ao investigar nos instrumentos e sistemas disponíveis na instituição.



**Gráfico 2 - Primeira visita ao Arquivo Nacional**

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

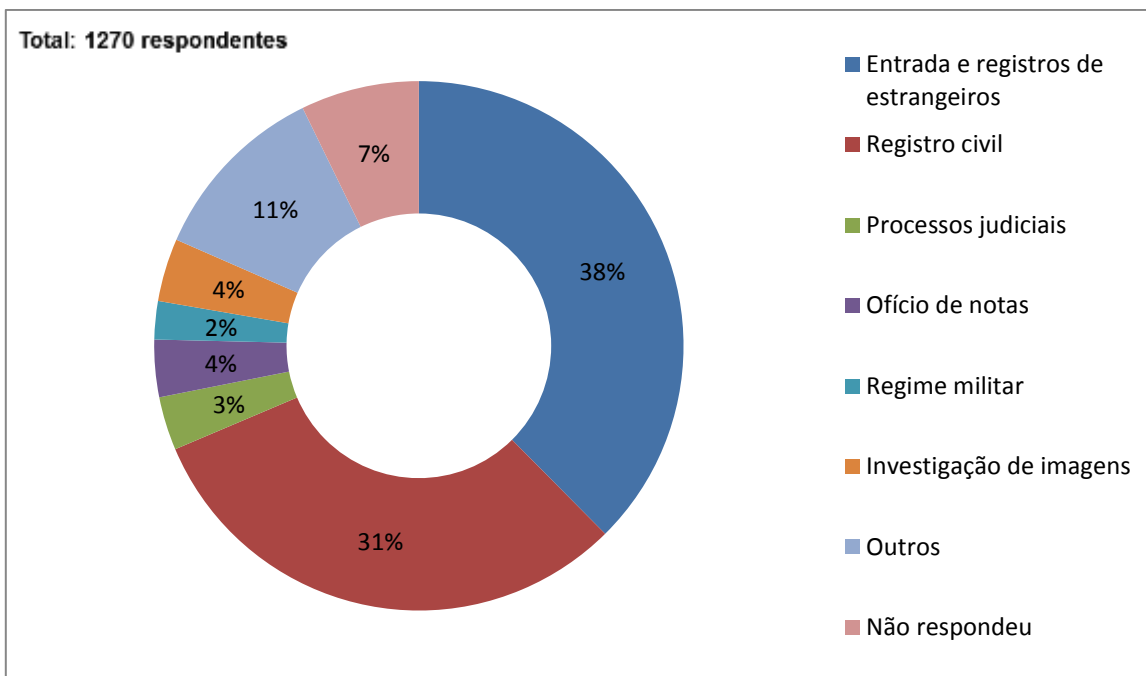
No que tange aos objetivos de investigação, a maioria dos utilizadores vai procurar a defesa de direitos (dupla cidadania, documentos civis, comprovação de propriedade, amnistia política, etc).



**Gráfico 3 - Objetivo da investigação**

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

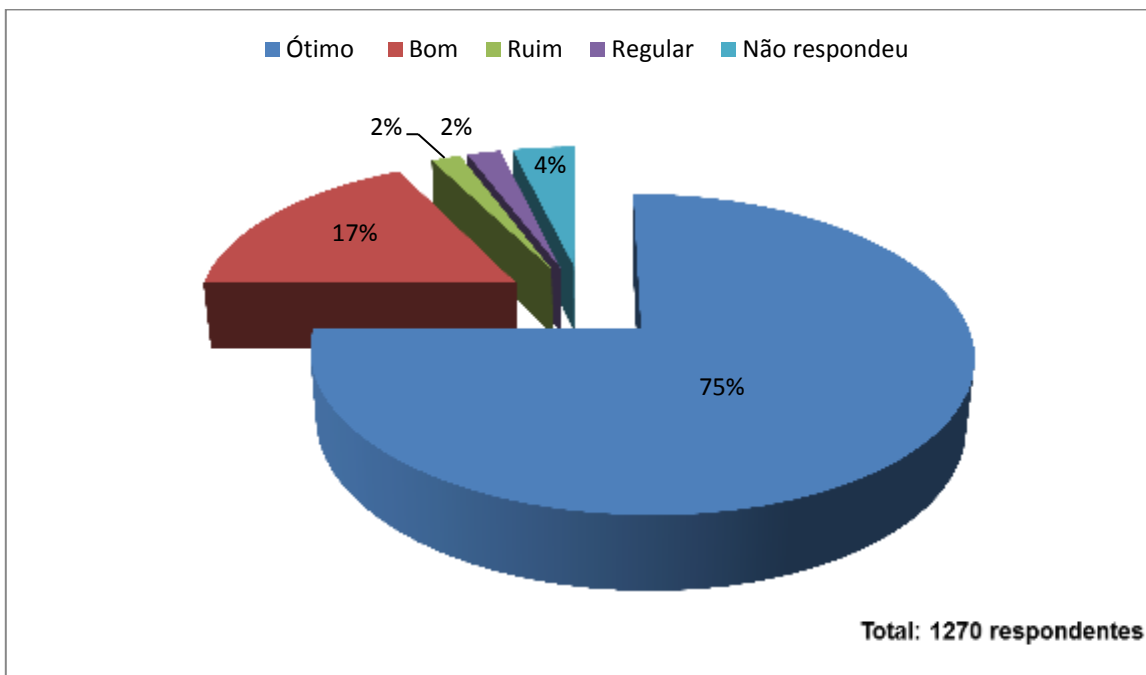
Em relação ao tema da investigação, os mais procurados são: entrada e registo de estrangeiros (lista de desembarque, processo de naturalização, etc.), registo civil (nascimento, casamento e óbito), processos judiciais (habilitações de casamento, processos cíveis e comerciais, etc.), Ofícios de notas/Registo de imóveis (escrituras etc.), acervos do Regime Militar e investigação de imagens.



**Gráfico 4 - Assuntos mais investigados**

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

Em seguida, o utilizador deve responder sobre o atendimento dos funcionários na recepção, no balcão de atendimento presencial e à distância. As opções são: ótimo, bom, regular ou ruim.



**Gráfico 5 - Qualidade no atendimento**

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.



A avaliação dos instrumentos de descrição documental disponíveis inclui os inventários impressos e as bases de dados.

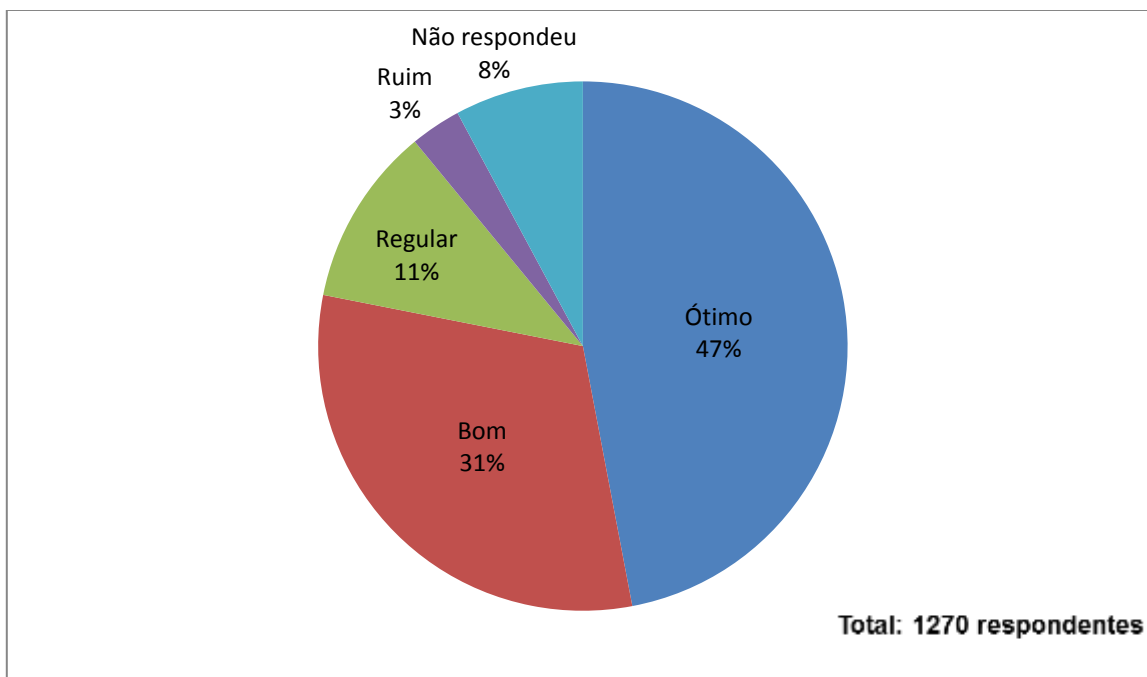


Gráfico 6 - Avaliação dos instrumentos de descrição documental

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

Em seguida, os utilizadores discorrem sobre a preferência na forma dos instrumentos de descrição documental: as bases de dados no computador, os inventários impressos ou se são indiferentes.

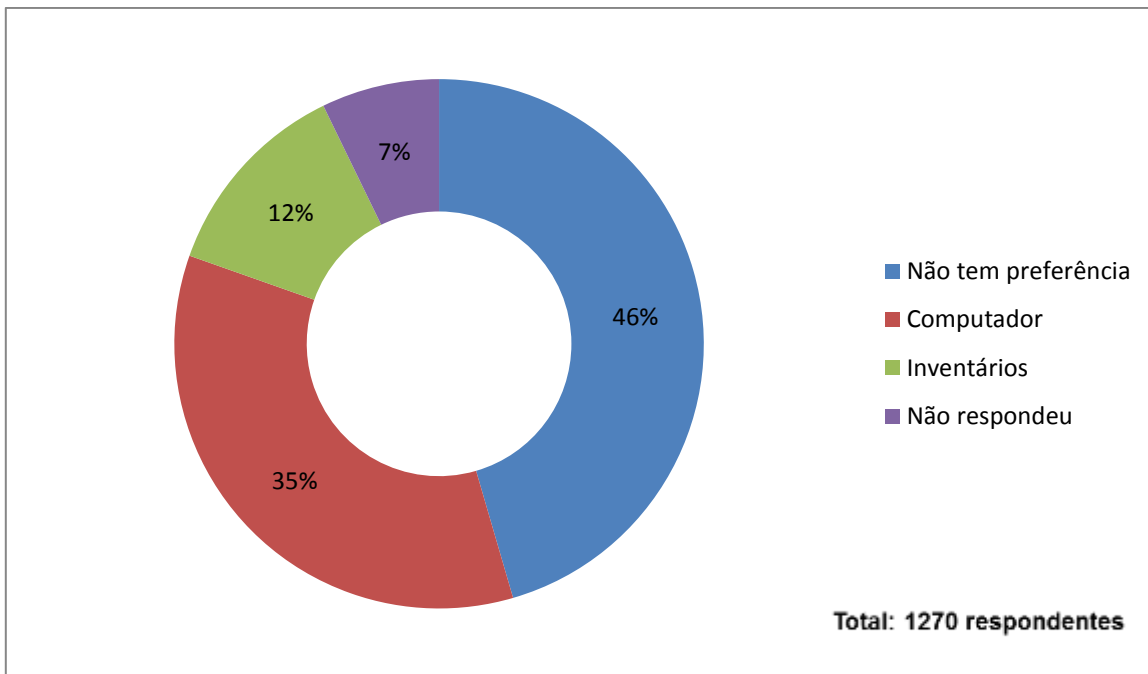


Gráfico 7 - Preferência de instrumentos de descrição documental

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

O sucesso na investigação realizada é medido pelas respostas: *sim, não e não, mas foi orientado sobre como obter.*

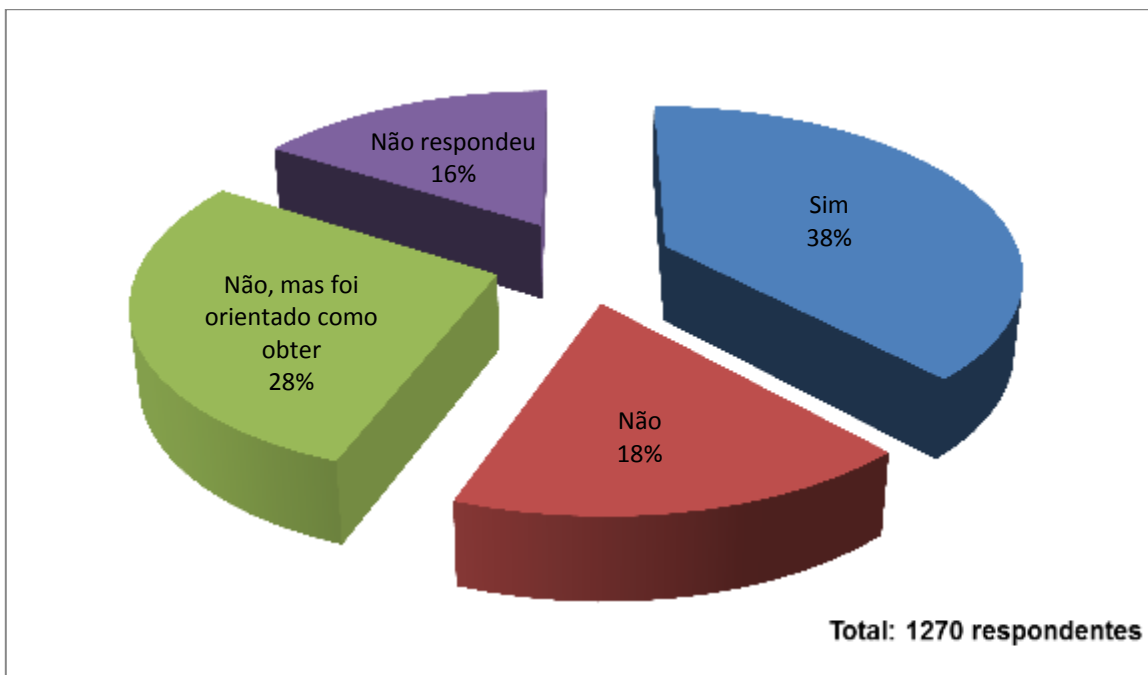


Gráfico 8 - Sucesso na investigação realizada

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

O principal sistema de informações da instituição, o SIAN, também é avaliado, porém, poucos utilizadores respondem esta questão, apenas 689, ou seja, cerca de 54% do total de questionários respondidos no período contemplado neste estudo. Sobre o sistema, é possível classificá-lo como ótimo, bom, regular ou ruim.

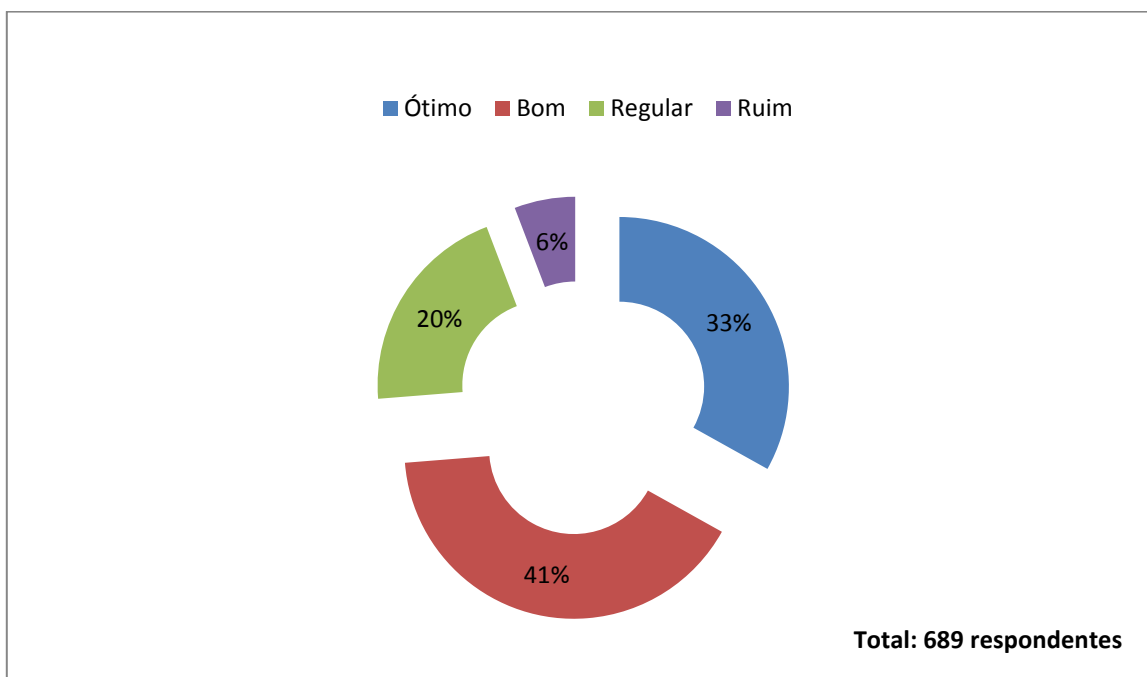


Gráfico 9 - Análise da base de dados SIAN

Fonte: Relatórios de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho/2018 a fevereiro/2019.

Para fechar o questionário, o utilizador é convidado a deixar seu comentário ou sugestão para a melhoria do trabalho. Como é uma pergunta aberta, a taxa de resposta variou consideravelmente mês a mês.

Em julho de 2018, 32,63% dos utilizadores do atendimento presencial no Rio de Janeiro deixaram suas observações, sendo 75% positiva. A restante parte referiu-se ao tempo de espera, estado preocupante dos banheiros, computadores e a necessidade de desinsetização. Dois dos três utilizadores no Distrito Federal responderam à pergunta, ambos com elogios. Dos utilizadores do serviço de atendimento à distância, 66% respondeu, dos quais 68% com elogios. Dentre as críticas/sugestões, apareceram a dificuldade na investigação *online* e sugestões sobre ampliação da digitalização (Arquivo Nacional, 2018).

Em agosto de 2018, 50% dos utilizadores do atendimento presencial no Rio de Janeiro deixaram comentários, dos quais 62% positivos. As críticas discorriam sobre o tempo de espera e a necessidade de melhoria dos equipamentos de informática. Os utilizadores de Brasília deixaram opinião, sugestão ou crítica, um elogio e uma sugestão de passo-a-passo para o SIAN (já disponível nos tutoriais *online*). Dos utilizadores do Atendimento à distância, 71% deixou opinião, sugestão ou crítica, em que 47% eram elogios. Dentre as críticas estão a dificuldade com a investigação no SIAN e o tempo de atendimento (Arquivo Nacional, 2018).

Em setembro de 2018, 35% dos utilizadores do atendimento presencial do Rio de Janeiro deixaram as suas observações, nas quais, 78% registou-as de forma positiva. As críticas foram a respeito do tempo de espera e dificuldade com o SIAN. Dos dois utilizadores de Brasília, um deixou elogio. Dos utilizadores do atendimento à distância, 63% dos utilizadores do atendimento à distância responderam, tendo 37% optado por efetuar elogios, sendo as críticas relativas à dificuldade com o novo sistema de atendimento à distância (Arquivo Nacional, 2018).

Em outubro de 2018, a taxa de resposta no Rio de Janeiro foi de 28,7%, em que 89,7% foi positiva. As críticas referiam-se ao insucesso da investigação e às datas-limite do acervo. Não houve resposta em Brasília. No Atendimento à distância, 59,32% de resposta, em que 63% efetuaram elogios, principalmente sobre o novo sistema de atendimento à distância, tendo as críticas incidido sobre o tempo de resposta (Arquivo Nacional, 2018).

Em novembro de 2018, 33% dos utilizadores do Rio de Janeiro deixaram observações, sendo 79% positiva. As críticas discorreram sobre as datas-limite e o estágio de digitalização do acervo, a falta de *wi-fi* e a necessidade de prevenção a incêndio. Em Brasília, 67% dos utilizadores responderam, tendo todos manifestado elogios. Dos utilizadores à distância, obteve-se 50% de resposta, nas quais 60% foi com elogios, tendo as reclamações inciido sobre os mecanismos de investigação disponíveis (SIAN) (Arquivo Nacional, 2018).

Em dezembro de 2018, no Rio de Janeiro, 45% dos utilizadores deixaram observações, tendo sido 74% com apreciação positiva, tendo a restante parte proposto maior divulgação e maiores investimentos em pessoal e recursos de investigação e de preservação. Apenas um utilizador de Brasília deixou um comentário, sob a forma de elogio.

No Atendimento à distância, obteve-se 74% de respostas. Deste valor, 85% correspondeu a elogios, tendo as reclamações registadas incidido sobre o tempo de resposta e a compreensão da pergunta por parte do funcionário que faz o atendimento (Arquivo Nacional, 2018).

Em janeiro de 2019, 40% dos utilizadores no Rio de Janeiro deixaram observações, tendo-se registado 87,5% de respostas positivas. As demais referiam-se ao sistema de ar condicionado ineficaz, o som alto das conversas e dificuldades com o SIAN. Em Brasília, 80% deixaram comentários, todos elogios. No Atendimento à distância, 65% respondeu. Deste valor, 80,77% registou elogios, principalmente sobre o novo sistema de atendimento *online*. As reclamações foram sobre o tempo de resposta e a compreensão da pergunta por parte do funcionário (Arquivo Nacional, 2019).

Em fevereiro de 2019, no Rio de Janeiro, 53,85% dos utilizadores manifestou as suas observações, sendo 78,57% positiva. As reclamações mencionavam a demora do atendimento nos guichês devido ao baixo número de funcionários e a complexidade na pesquisa de informações pelo portal da instituição. Em Brasília, a única resposta foi um elogio. Dos utilizadores do atendimento à distância, 63,16% expôs as suas opiniões, registando-se 66,7% de forma positiva. Já as críticas correram sobre o tempo de resposta da investigação *online* (Arquivo Nacional, 2019).

## **5 Organização da informação arquivística no Arquivo Nacional do Brasil**

### **5.1 A política brasileira para os arquivos**

### 5.1.1 Conselho Nacional de Arquivos

A política brasileira de arquivos públicos e privados foi colocada em ordem por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e do “Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que consolidou os decretos anteriores – n.º 1.173, de 29 de junho de 1994; n.º 1.461, de 25 de abril de 1995, n.º 2.182, de 20 de março de 1997 e n.º 2.942, de 18 de janeiro de 1999” (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

As suas ações são providas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ),

...um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo (2019).

Com o intuito de fortalecer atos normativos relacionados com a Arquivística e a preservação, a gestão e o acesso aos documentos arquivísticos, o Conarq é responsável por diversas regulações de documentos convencionais e digitais.

Entre as normas implementadas, estão a transferência e o recolhimento de documentos de qualquer suporte, tabela de temporalidade, classificação, destinação, capacitação de recursos humanos, microfilmagem, digitalização, entre outras.

Como importante produtor de informação da área, o Conselho elabora uma quantidade significativa de publicações técnicas, o que o torna referência para práticas arquivísticas. Por conta disso, estimula a modernização de arquivos públicos e privados no país e na América Latina.

De acordo com a sua página oficial, cabe ao Conarq estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), que tem por objetivo o aprimoramento da gestão, da preservação e do acesso. E, além disso, deve promover o intercâmbio e a integração dos arquivos públicos e privados do

país e identificar aqueles que possuam interesse público e social (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Todas as normas fundamentais para a política nacional de arquivos públicos e privados do Brasil são enviadas ao Ministro da Justiça pelo Conselho, que administra o cumprimento desses dispositivos legais. Assim como é responsável por estimular a implantação de sistemas de arquivo nos três poderes nacionais: Executivo, Legislativo e Judiciário e nos âmbitos federais, estaduais e municipais (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Da mesma forma, cabe ao colegiado a articulação com outras instituições do poder público em outros diversos campos como cultura, educação, ciência, tecnologia, informática, informação, e ainda, contribuir para a elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento, com vista ao estabelecimento de prioridades para a política nacional de arquivos (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

O órgão tem dezassete membros conselheiros. O seu presidente é o Diretor-Geral do Arquivo Nacional brasileiro e os representantes fazem parte dos três poderes federais, dos arquivos municipais, estaduais e do Distrito Federal, do Arquivo Nacional, instituições de ensino de Arquivística, associações de arquivistas e órgão de profissionais de preservação, investigação e ensino (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Com a necessidade da criação das Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais, para além do plenário dos conselheiros, e para maior agilidade na operacionalização do Sistema Nacional de Arquivos, muitos dos membros participantes ativos do colegiado são do Arquivo Nacional do Brasil, pois cabe a ele o apoio técnico e administrativo ao Conselho.

As câmaras técnicas do Conselho Nacional de Arquivos são: Capacitação de Recursos Humanos – CTCRH, Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – CTDAISM, Documentos Eletrônicos – CTDE, Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA, Paleografia e Diplomática – CTPAD e de Preservação de Documentos – CTPD (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Algumas resoluções mais recentes sobre gestão, tratamento e organização do acervo arquivístico do Conselho são: Resolução n.º 3, de 13 de outubro de 2017, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos que “objetiva formular políticas e estabelecer diretrizes para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações públicas”, Resolução n.º 43, de 04 de setembro de 2015, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, Resolução n.º 41, de 9 de dezembro de 2014, dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, visando a sua preservação e acesso, Resolução n.º 40, de 9 de dezembro de 2014, sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, Resolução n.º 39, de 29 de abril de 2014, estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, Resolução n.º 38, de 9 de julho de 2013, sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações", Resolução n.º 37, de 19 de dezembro de 2012, aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais, Resolução n.º 36, de 19 de dezembro de 2012, sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, Resolução n.º 34, de 15 de maio de 2012, sobre a adoção das Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água



pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

### **5.1.2 Sistema Nacional de Arquivos**

O art. 26 da Lei n.º 8.159/91 não só criou o Conselho Nacional de Arquivos como instituiu o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cuja competência, organização e funcionamento estão regulamentados pelo Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

De acordo com esse dispositivo legal, o Sistema tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

O Sistema tem como órgão central o CONARQ, e dele fazem parte o Arquivo Nacional, os arquivos municipais, estaduais e federais do Distrito Federal e dos três poderes federais (Executivo, Legislativo e Judiciário). Pessoas físicas e jurídicas detentoras de arquivos de direito privado podem fazer parte do Sistema desde que isso tenha sido ajustado com o órgão central (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Aos seus integrantes compete disseminar, em sua área, as diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central além de zelar para que se cumpra, promover a gestão, a preservação e o acesso às informações e aos documentos de acordo com as diretrizes e normas do órgão central, “implementar a racionalização das atividades arquivísticas, para garantir a integridade do ciclo documental, garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente”, além de apresentar sugestões ao Conselho Nacional de Arquivos para o aprimoramento do Sistema (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Além disso, cabe-lhe prestar informação sobre as suas atividades, apresentar subsídios para a elaboração de dispositivos legais necessários ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados, promover a integração e a modernização dos arquivos em sua esfera de

atuação, propor ao CONARQ os arquivos privados que possam ser considerados de interesse público e social, comunicá-lo dos atos lesivos ao patrimônio arquivístico nacional, para as devidas providências, colaborar na elaboração de cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como no desenvolvimento de atividades censitárias referentes a arquivos (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Aos arquivos brasileiros cabe possibilitar a participação de especialistas nas câmaras técnicas e setoriais e nas comissões especiais constituídas pelo CONARQ e proporcionar aperfeiçoamento e reciclagem aos técnicos da área de arquivo, garantindo constante atualização (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

O SINAR foi primeiramente instituído em 25 de setembro de 1978, pelo Decreto n.º 82.308. Mesmo com os esforços para estimular a adoção de políticas que assegurassem a preservação do patrimônio documental brasileiro, a implementação do Sistema foi bastante prejudicada, uma vez que a sua área de abrangência ficou restrita aos arquivos intermédios e permanentes, tendo em vista os limites impostos na criação, pelo Governo Federal, em 1975, do Sistema de Serviços Gerais - SISG, ao qual se vinculariam os arquivos correntes da Administração Pública Federal (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Ao ter sua atuação limitada, percebeu-se um confronto com o princípio da organicidade dos documentos de arquivo, que preconiza a complementaridade entre as três idades que compõem o ciclo vital dos documentos, isto é, embora criado, o Sistema nunca chegou a ser implantado, uma vez que trazia dispositivos conflitantes e que não respondiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos.

Mesmo assim, esse decreto teve o mérito de despertar a atenção de vários governos estaduais para a importância dos arquivos na administração pública, motivando-os a criarem seus sistemas estaduais de arquivos. Foi o caso dos governos do Rio Grande do Norte, do Pará, de Sergipe e do Espírito Santo. A partir de então, outros sistemas, estaduais e municipais, foram sendo criados, ou se encontram em estudos (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

Com a readequação do SINAR, pela Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e pelos decretos n.º 1.173, de 29 de junho de 1994, e n.º 1.461, de 25 de abril de 1995, consolidados e revogados pelo Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Sistema pôde desenvolver suas atividades de forma integrada com esses sistemas e estimular os demais Estados bem como os municípios, que ainda não dispõem desse moderno instrumento de administração, a criarem também seus sistemas de arquivo (Conselho Nacional de Arquivos, 2019).

### **5.1.3 Sistema de Gestão de Documentos De Arquivo**

O Sistema Federal de Arquivos do Poder Executivo (SIFAR) foi criado no Brasil na década de 90 do século passado e aperfeiçoado nos anos 2000 e 2001, quando passou a ser denominado Sistema de Gestão de Documentos de Informações (SGDI), do Poder Executivo Federal. O decreto n.º 4.915, de 12 de dezembro de 2003, implantou o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), que tem por finalidade:

Garantir a todos os cidadãos e aos órgãos e entidades do Poder Executivo, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardadas as restrições administrativas ou legais, integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram, disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo, racionalizar a produção e armazenagem da documentação arquivística pública, preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal e articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal (2019).

Neste Sistema são organizadas as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal.

A discussão acerca deste assunto teve início na década de 80 do século passado, quando o Arquivo Nacional elaborou o seu Programa de Modernização,

com o desenvolvimento de ações e programas de assistência técnica, publicação de manuais, treinamento de recursos humanos, promoção de seminários e cursos, recolhimento de documentos públicos federais, implantação do Registro Geral de Entrada de Acervos Arquivísticos no Arquivo Nacional. Essas ações permitiram delinear uma política arquivística para o governo federal brasileiro (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, 2019).

## **5.2 Organização do acervo definitivo do Arquivo Nacional**

Com vista à melhoria das operações e dos procedimentos, a diversidade de contextos, o uso e o acesso aos arquivos, a gestão da informação arquivística e do conhecimento organizacional, apresenta-se aqui o processo de organização do acervo permanente do Arquivo Nacional.

A valorização da eficácia e o cuidado nos procedimentos de descrição arquivística e na disponibilização de pontos de acesso têm-se mostrado cada vez mais apropriados no Brasil, especialmente com a Lei n.º 12.527/2011, que regulamenta o acesso à Informação e exige da instituição agilidade e eficiência na recuperação do documento, com vista à otimização do tempo do utilizador. Entretanto, existe um histórico de iniciativas, que levou o Arquivo Nacional a aplicar o modelo de organização que usa hoje.

O Arquivo Nacional brasileiro passou por dois grandes momentos de desenvolvimento institucional, com o objetivo de se adequar ao contexto socioeconómico, ideológico e tecnológico com os seus dois programas de modernização, entre 1958-1963 e 1980-1986 (Souza, 2015).

O primeiro período, sob direção de José Honório Rodrigues, marca o início do aprofundamento do conhecimento arquivístico no Brasil. Entre os anos 30 e 40 do século XX, com o crescimento do Estado e a criação de diversos órgãos no governo federal, notou-se a precariedade das instalações físicas da instituição, o que levou a uma grande reforma na sua estrutura física no final dos anos de 50 (Souza, 2015).

Como marco deste programa de modernização, Rodrigues convidou peritos estrangeiros para diagnosticar os problemas e promover soluções administrativas e organizacionais. Desta forma, vieram Henry Boulier de Branche, chefe do Arquivo Departamental de Sarthe, na França, e Theodore Roosevelt Schellenberg, subdiretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, que reconheceram “o caráter historicista remanescente do século XIX no Arquivo Nacional” (Souza, 2015, p. 24).

Esses especialistas constataram, ainda, que o Arquivo Nacional, à época, não cumpria as obrigações inerentes à, sua posição como arquivo que precisa de responder às necessidades da administração federal e dos seus cidadãos, especialmente no caráter probatório da documentação. A instituição, naquele momento, não era responsável por normalizar o acervo documental de todos os ministérios (Souza, 2015).

Schellenberg ponderou que, no Brasil, existiam três tipos de instituições arquivísticas, o Arquivo Nacional, propriamente dito, os arquivos ministeriais, como os dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores e depósitos, chamados de arquivos, mas meros registos ou centrais de arquivamento, em outras repartições governamentais (Souza, 2015).

Os técnicos ratificaram a importância de o Arquivo Nacional ser a instituição arquivística central do governo federal e reunir os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que não acontecia. Devia, a exemplo dos arquivos mais desenvolvidos do mundo, estabelecer normas de recolha, seleção, eliminação, organização e conservação dos documentos federais, e assim, centralizar as ações técnicas e a capacitação administrativa das instituições arquivísticas (Souza, 2015).

A partir disso, o Arquivo Nacional brasileiro tomou algumas decisões para a melhoria de sua função: lançou um novo regimento em 1958, com objetivos e funções de promoção de política de arquivos e ampliação de recolhimento; criou um anteprojeto de lei para arquivos, naquele momento não aprovado; divulgou metodologias arquivísticas modernas, com base nos arquivos da França e Estados Unidos; aumentou o orçamento; aperfeiçoou os seus instrumentos de

descrição documental, o que ampliou o número de utilizadores; efetuou a melhoria dos laboratórios de microfilmagem, restauração e encadernação de documentos; propôs que a instituição fosse a central normalizadora das atividades de arquivo na administração pública federal nos três poderes, estados, municípios, territórios e Distrito Federal; incrementou o nível técnico dos funcionários, com a promoção de cursos internos em cooperação com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Desta iniciativa, saiu o Curso Permanente do Arquivo Nacional, que deu origem ao primeiro curso de Arquivística no país, hoje na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) (Souza, 2015).

O segundo programa de modernização do Arquivo Nacional teve início em 1980, com a gestão da Celina do Amaral Peixoto. À época, apesar da iniciativa anterior, a instituição encontrava-se em situação precária, com espaço físico insuficiente e inadequado, funcionários sem conhecimento técnico arquivístico, cerca de metade dos fundos sem identificação e sem respaldo jurídico. Tal situação acarretou o desaparecimento de documentos, total ausência de controle arquivístico e improvisação de depósitos (Kecskeméti, 1988).

Os maiores objetivos desta modernização eram adquirir uma nova sede, identificar todos os documentos ali conservados, identificar os documentos que deviam estar sob a guarda da instituição, que estavam dispersos no Rio de Janeiro, e aperfeiçoar o corpo técnico. Concluiu-se que o primordial era a formação de arquivistas que, dotados de conhecimentos técnico, administrativo, metódico, que pudessem coordenar os diversos serviços (Kecskeméti, 1988).

Assim foi feito, tendo o Arquivo Nacional sido transferido para uma nova sede (parte do atual conjunto arquitetônico); propôs uma nova legislação arquivística que o colocou como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos; contratou corpo técnico especializado, em cooperação com outras instituições nacionais, e enviou funcionários para capacitação na França; fez o levantamento e diagnóstico dos outros arquivos da administração pública federal; realizou um seminário sobre gestão de documentos, que deu início ao estabelecimento de critérios para a destinação documental de instituições da administração pública federal; criou uma base de dados que recupera as informações sobre as

estruturas administrativas brasileiras a partir de 1930; trouxe peritos estrangeiros para avaliação e diagnóstico e propostas de melhoria para a instituição; esboçou uma nova estrutura organizacional; divulgou experiências com outras instituições arquivísticas, dando continuidade a publicações técnicas do Arquivo Nacional (Souza, 2015).

Na falta de modelos nacionais, a instituição precisou combinar ações de formação com reflexão. Ao mesmo tempo em que fazia mudanças físicas, abria a seção de audiovisual, identificava a proveniência dos documentos, precisava estabelecer novas metodologias com a publicação de artigos, normas e manuais práticos. O resultado disso foi, em 1988, a abertura do curso de Arquivística no Arquivo Nacional, a criação de um modelo latinoamericano de arquivos, junto com o México e o Instituto Panamericano de Geografia e História, e a publicação do *Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual* (Kecskeméti, 1988).

Naquela década, o Arquivo Nacional privilegiou contatos com organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Arquivos, o que trouxe a oportunidade da interação com os melhores especialistas e cooperação com outros países. Com o uso de computadores em arquivos e o progresso percebido na normalização da biblioteconomia, que demonstrava a vantagem de ter procedimentos técnicos comuns, alguns países, como os Estados Unidos e a Inglaterra, avançaram na discussão sobre o estabelecimento de normas de descrição arquivística (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Em 1988, depois de o Canadá elaborar as suas normas nacionais com o patrocínio do *National Council on Archives/Conseil National des Archives*, chega a proposta de criação das normas internacionais de descrição para o Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

A elaboração, em 1994, da **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística** (ISAD(G)) englobou documentos de todo tipo e suporte e definiu os elementos essenciais da descrição. Em 1996, foi publicada a **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades**

**Coletivas** (ISAAR(CPF)) que regulou a descrição do produtor (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

No Brasil, a ISAD(G) não foi impressa e a única tradução disponível era a portuguesa, publicada nos *Cadernos BAD*, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país. Então, com a visível necessidade de regulamentar a organização arquivística do acervo e se adequar às normas internacionais, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) publicou, em 1998, a primeira edição brasileira da ISAD(G) e da ISAAR(CPF), distribuídas gratuitamente no país e que resultaram em eventos para discussão das normas (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Por ter sido criada para ser utilizada de maneira geral para todo o tipo de sistema e material arquivístico, a ISAD(G) focou na macroestrutura da descrição. As definições sobre procedimentos mais específicos precisavam de ser implantadas por normas nacionais, que refletissem as suas necessidades particulares. Por isso, foi criada, em 2001, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) no Conarq com o objetivo de propor normas especificamente brasileiras, em consonância com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Esta câmara realizou o diagnóstico do nível de normalização na organização arquivística em território nacional e, a partir dos resultados obtidos, elaborou, em 2006, a **Norma Brasileira de Descrição Arquivística** (NOBRADE) (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

A norma brasileira tem como foco a adaptação das normas internacionais para a aplicabilidade na realidade brasileira. Elaborada preferencialmente para a descrição de documentos definitivos, mas que pode ser aplicada à descrição de documentos correntes e intermediários (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Os seus pressupostos básicos são: o respeito aos fundos e a descrição multinível, na qual o documento é descrito do geral para o particular, para representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes; o nível de descrição tem informação relevante, que represente o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; explicita a posição da unidade de descrição na hierarquia; valoriza o princípio da não repetição da informação, para evitar redundâncias nas



informações relacionadas hierarquicamente (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

A organização e o tratamento técnico do acervo definitivo do Arquivo Nacional brasileiro segue esse caminho histórico e metodológico, principalmente por estar presente e liderar todas as iniciativas nacionais neste sentido.

São seis os principais níveis de descrição: “acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), processo (nível 4) e item documental (nível 5)”. (p. 11). Também podem aparecer níveis intermédios: “acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5)”. (p. 11). Entretanto, não é preciso pôr em prática todos os níveis, o nível 0 é utilizado para descrições gerais da totalidade de um acervo de entidade custodiadora; o nível 0,5 somente quando a entidade tem subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso aos mesmos em diferentes locais (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Existem 28 (vinte e oito) elementos de descrição em 8 (oito) áreas, a saber:

(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição; (2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição; (3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição; (4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição; (5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição; (6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores; (7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada; (8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 18).

Dos elementos de descrição possíveis, 7 (sete) são obrigatórios: código de referência; título; data; nível de descrição; dimensão e suporte; nome do produtor; condições de acesso (para os níveis 0 e 1).

A estrutura organizacional do Arquivo Nacional brasileiro na coordenação-geral do acervo definitivo é a seguinte:

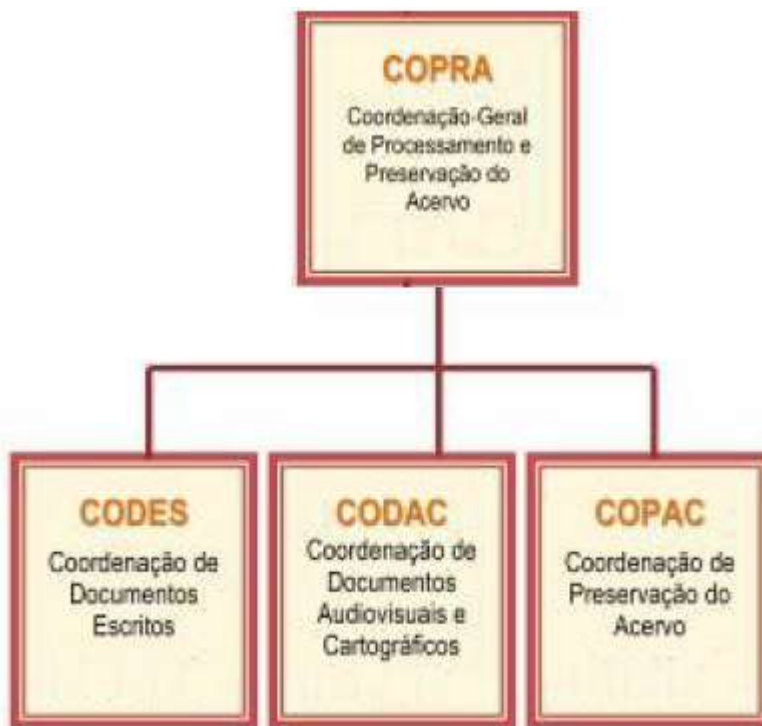


Figura 1 - Organograma da Coordenação-Geral de Processamento Técnico e Preservação do Acervo

A Coordenação de Documentos Escritos tem as equipas de Processamento Técnico de Documentos Privados; Processamento Técnico de Documentos do Judiciário e Extrajudicial; e Processamento Técnico de Documentos do Executivo e do Legislativo. A Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos tem as equipas de Processamento Técnico de Documentos Cartográficos; Processamento Técnico de Documentos Iconográficos; e de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais e a Coordenação de Preservação do Acervo tem as equipas de Preservação Digital e Preservação de Documentos Escritos, Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Cartográficos.

No momento de entrada do acervo na instituição, a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos atua junto da equipa que será responsável pelo registo e pela atribuição de código no nível 1 (fundo ou coleção). A partir daí, a organização

é, até o nível 3,5 (subsérie), realizada pela Equipe de Normalização e Qualidade dos Sistemas Informatizados junto da equipa responsável pela documentação. Quando fundos são compartilhados entre as equipas, a organização é realizada de maneira cooperativa. Nos níveis 4 (processo) e 5 (item), cada equipa realiza a descrição do seu acervo de maneira independente.



Figura 2 - Exemplo de documento organizado no nível 5 (item documental)

Nas últimas etapas da descrição, aparecem as maiores diferenças de fornecimento de dados por parte das equipas.

## ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**  
BR\_RJANRIO\_PH.0.FOT.862

**Título**  
**Indicação do Título**  
Televisão - Brasil (geral)

**Indicação de Responsabilidade**  
Alaor, Francisco - - - - fotógrafo(a) - - -  
Correio da Manhã (jornal : Rio de Janeiro) - - - - produtor (ver) - - -  
Santos, Gilmar - - - - fotógrafo(a) - - -  
Santos, Milton - - - - fotógrafo(a) - - -

**Local de Produção**  
- Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro - Brasil

**Datas**  
**Data de Produção**  
31/7/1958 - 23/2/1972

**Dimensão e suporte**  
Iconográfico(s) -fotografia(s) - 20 item(ns)  
**Dimensão Específica**  
24 - altura - centímetros - ou menores  
18 - largura - centímetros - ou menores

## ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo**  
**Especificação do conteúdo**  
Televisão; aparelho de televisão; Rede Tupi de Televisão; TV Rio Canal 13; programas de televisão.

#### Sistema de arranjo

**Estágio de tratamento**  
Organizado totalmente

**Organização**  
Numérica

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**  
Sem Restrição

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

### ÁREA DE NOTAS

#### Identificação

**Dimensões**  
As fotografias encontram-se em 1 pasta.

### ÁREA DE CONTROLE

#### Nota do Arquivista

**Termos de indexação**  
Rede Tupi de Televisão  
Televisão  
TV Rio  
TV Tupi

**Unidade Custodiadora**  
Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC

#### Responsável da descrição

Arquivo Digital: Sim

Termo Encerramento: Não

Figura 3 - Descrição de documento iconográfico nível 4 (processo)

## ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**  
BR RJANRIO 35.0.DLE.691

**Título**  
**Indicação do Título**  
Decreto-lei n. 691: abre, pelo Ministério da Guerra, crédito especial para a Fábrica de Cartuchos de Infantaria.

**Datas**  
**Data de Produção**  
15/9/1938

## ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Especificação de anexos**  
NOTA DO CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO -

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**  
Sem Restrição

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

## ÁREA DE NOTAS

**Identificação**

## ÁREA DE CONTROLE

**Nota do Arquivista**

**Termos de indexação**  
Cabo submarino  
Fábrica de cartuchos de infantaria  
Junta Comercial  
Utilidade pública

**Arquivo Digital:** Não

**Termo Encerramento:** Não

**Figura 4 - Exemplo de descrição de documento escrito nível 4 (processo)**

Os documentos escritos e sonoros são descritos até o nível do processo. Alguns documentos iconográficos, cartográficos e filmográficos podem ser encontrados até o item.

#### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de Referência  
BR: RJAN/RJ0 1C.0.HAR.32/E

Título  
Indicação do Título  
Avenida Central: projeto de reforma de Sociedade & Equitativa do S.E. U.U. do Brasil

Local de Produção  
- Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro - Brasil

Editora  
Não identificada

Dimensão e suporte  
Cartográfico(s) - planta(s) - 1 f.  
Dimensão Específica  
104 - altura - centímetros -  
83 - largura - centímetros -

#### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

#### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

#### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Condições de Acesso  
Sem restrição

#### ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

#### ÁREA DE NOTAS

Outras  
Apresenta seções CD com suas respectivas dimensões.  
Assinatura de A. Moisés de Luz Rios, engenheiro projetista.  
Carmois: A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, ass: Franklin Sampaio; Seção de Fiscalização de Construções - 10 de novembro de 1906; conferido, ass: Luiz J. Le Coq d' Oliveira; Aprovado nível da soleira 2,40m, Rio de Janeiro 17 de outubro de 1906, ass: Paulo de Frontin.  
Apresentam selos tributários, Rio de Janeiro 08 de Novembro de 1905, assina Antônio Jannuzzi Irmão e Comp., construtores.

#### ÁREA DE CONTROLE

Arquivo Digital: Não  
Termo Encerramento: Não

### Figura 5 - Descrição de documento cartográfico nível 5 (item)

Ao levar-se em consideração que os utilizadores do Arquivo Nacional possam não ter conhecimento arquivístico suficiente e que a maior parte deles visita a instituição pela primeira vez, conforme os resultados do estudo dos utilizadores, a padronização da organização em níveis e do preenchimento dos campos facilitaria a recuperação da informação por parte do utilizador e torna-lo-ia menos dependente da ajuda do funcionário da sala de consultas.

## 6 Representação de conteúdo para a recuperação da informação no Arquivo Nacional do Brasil

De acordo com Rodríguez Bravo (2011), a representação de conteúdo dos documentos pode ocorrer de duas maneiras, com o resumo e a indexação. Define-se a indexação como a representação de conceitos e a sua tradução em uma linguagem específica. Está intrinsecamente ligada ao acesso e é responsável pela recuperação da informação, já que é pela identificação de conceitos mais

pertinentes ao conteúdo do documento que se pode produzir uma correspondência precisa com o assunto investigado (RUBI; FUJITA, 2003).

De acordo com a *United Nations International Scientific Information System* (UNISIST), é a representação dos conceitos contidos no documento e a tradução destes conceitos em uma linguagem documental (classificações, *thesauri*, vocabulários controlados, lista de cabeçalho de assunto) (CHAMIER, 1988).

Rubi e Fujita (2003) apresentam a indexação como parte mais importante dentro de um sistema de recuperação da informação, pois é este procedimento que condiciona os resultados da questão de investigação do utilizador. Deve produzir correspondência precisa entre a identificação dos conceitos mais relevantes e o assunto investigado nos índices e/ou instrumentos de descrição documental.

Isso torna o responsável pela indexação igualmente importante dentro do sistema de informação.

O indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67).

A construção de uma política de indexação é a base para as tomadas de decisão, levando em consideração:

características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações (CARNEIRO, 1985, p. 221 apud RUBI; FUJITA, 2003, p. 68).

Apesar de não constar como campo a ser preenchido na ISAD(G), a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* reconhece a sua relevância, orientando a inserção de pontos de acesso por termos de indexação.

A indexação dará origem aos índices temáticos e ao vocabulário controlado e, assim como a descrição arquivística, é responsável pelo elo entre a indagação do investigador e sua solução. Por isso, é essencial que a elaboração dos instrumentos de descrição documental seja o mais precisa, cuidadosa e criteriosa possível (BELLOTTO, 2004).

A atividade tem lugar a partir de alguns processos: conhecimento do conteúdo do documento, quando se realiza a leitura rápida/diagonal do texto e observam-se partes de concentração de informação; escolha de conceitos, seguindo as regras de seletividade (seleção dos conceitos, que representam o conteúdo e de interesse para o utilizador) e exaustividade (todos os conceitos úteis selecionados), ou seja, é feita a análise concetual e condensação com a utilização dos conceitos úteis; a tradução dos conceitos para termos de linguagem documental e a incorporação dos elementos sintáticos, com indicação na indexação da importância ponderada de cada conceito ou descritor (CHAMIER, 1988).

A descrição multinível é responsável por agrupar as informações pelo contexto histórico e/ou administrativo que as produziu ou acumulou, enquanto a indexação pode agrupá-las por assunto, isto é, com ela é possível reunir documentos de origem e proveniência distintas por características comuns, o que amplia as possibilidades de investigação do utilizador.

Nos arquivos permanentes, por sua vez, o vocabulário também deve ser estabelecido, mas o arquivista não poderá dialogar com os produtores dos documentos, e o vocabulário se defrontará com questões diacrônicas complexas: a mesma função, ou atividade, com o passar do tempo pode ser nomeada de formas diferentes. Acresce a essa dificuldade uma outra, de mesma natureza: a linguagem utilizada pelo pesquisador, que vem ao arquivo em busca de documentos, também representa uma diferença em



relação à linguagem presente nos documentos, tornando a fixação do vocabulário ainda mais difícil. A elaboração de índices (onomásticos, geográficos, de assuntos, etc.) em instrumentos de pesquisa pressupõe igualmente o controle de vocabulário (SMIT; KOBASHI, 2003, p.16).

Com a elaboração de procedimentos, indicações para análise concetual, informações sobre aquilo que deve ser evitado - por não responder a questão ou não possuir linguagem adequada ao utilizador - pode construir-se critérios para o melhor funcionamento dos pontos de acesso, de forma que agilizem o atendimento e aperfeiçoem a organização interna do acervo.

A principal base de dados da instituição, e que anseia ser a única do acervo definitivo, é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), em que o utilizador precisa realizar um cadastro para o seu acesso.

O sistema é gerido por uma equipa exclusivamente formada para isso, a Equipa de Normalização e Qualidade dos Sistemas Informatizados. Na área de descrição, as equipas detentoras dos acervos têm autonomia no preenchimento, mas os termos de indexação precisam de ser avaliados e aprovados por esta. Então, esta ação é realizada sem que se aceda aos documentos dos quais os termos foram retirados.

Os termos aprovados no sistema aparecem em “Pesquisa Avançada” em formato de listagem única e o sistema conta os artigos, o que pode causar algum tipo de recuperação de informação equivocada.

São 63.436 (sessenta e três mil quatrocentos e trinta e seis) termos aprovados até o dia 22 de maio de 2019. Dentre os termos aprovados, estão registos onomásticos, temáticos e geográficos, alguns dos quais termos simples, sendo, porém, a maioria termos compostos.

✓	Termos
<input type="checkbox"/>	100 Anos de Música (Programa de televisão)
<input type="checkbox"/>	13 Princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição (Livro)
<input type="checkbox"/>	16 Linhas cravadas (Publicação)
<input type="checkbox"/>	14ª de Abril: histórias para a história (Publicação)
<input type="checkbox"/>	A Conquista do Brasil pelos brasileiros (Livro)
<input type="checkbox"/>	A Condição Brasileira S.A.
<input type="checkbox"/>	A Defesa (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Malagueta (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Nação (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Noite (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Noite Ilustrada (Revista)
<input type="checkbox"/>	A Notícia (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Ordem (Revista)
<input type="checkbox"/>	A Pátria (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Tarde (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Verdade sobre JK (Folheto)
<input type="checkbox"/>	A Voz de Portugal (Jornal)
<input type="checkbox"/>	A Voz do Metalúrgico (Programa de rádio)
<input type="checkbox"/>	A. F. Rodrigues e Cia.
<input type="checkbox"/>	Aachen (Alemanha)
<input type="checkbox"/>	Aakkyz, Rãhnda
<input type="checkbox"/>	Aares, Pedro
<input type="checkbox"/>	Aaron, Daniel, 1912-2016
<input type="checkbox"/>	Aarsenov, Nicolai V.
<input type="checkbox"/>	Aaveduti, Luás

Figura 6 - Lista de termos autorizados SIAN

Esta base de dados possui duas opções de investigação, “Pesquisa livre” e “Pesquisa avançada”. Em ambas, o utilizador precisa de conhecer os níveis de descrição arquivística e optar por qual pesquisar.

Figura 7 - Pesquisa Avançada SIAN

A base de dados *Memórias Reveladas* é um bom espelho do SIAN.

Figura 8 - Base de dados Memórias Reveladas

As outras bases de dados seguem princípios e formatos escolhidos pela equipa detentora do acervo, o que leva a diferentes *layouts*. Para o utilizador, essa falta de unificação de procedimentos nos sistemas acarreta em dificuldade na investigação e procura, conforme relatos observados no estudo aqui apresentado.

As bases de dados sob administração da Equipa de Documentos Judiciários são visualmente parecidos, o que facilita a pesquisa por parte do utilizador. São elas: Base de dados do Acervo Judiciário, do Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro e dos Processos do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal da Justiça e da Casa da Suplicação.





Figura 11 - Base de dados Processos do Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal de Justiça e Casa da Suplicação

A base de dados sobre a Entrada de Estrangeiros no Brasil possui um manual para utilização e um único tipo de consulta. Nela é possível procurar pelos dados do imigrante ou os dados da viagem, desde que o navio tenha aportado no Rio de Janeiro.



Figura 12 - Base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil - Porto do Rio de Janeiro

Seguindo este padrão, está a base de dados de movimentação de portugueses entre 1808 e 1842. Com manual e uma forma de consulta, pelos dados do imigrante.



Figura 13 - Base de dados Movimentação de Portugueses no Brasil

A base de dados Guia de fontes para a história da Holanda e dos holandeses no Brasil, que funciona no sistema operativo em Linux, realizado com base no software ICA-AtoM, possui listagens completas nas abas e uma possibilidade de pesquisa.

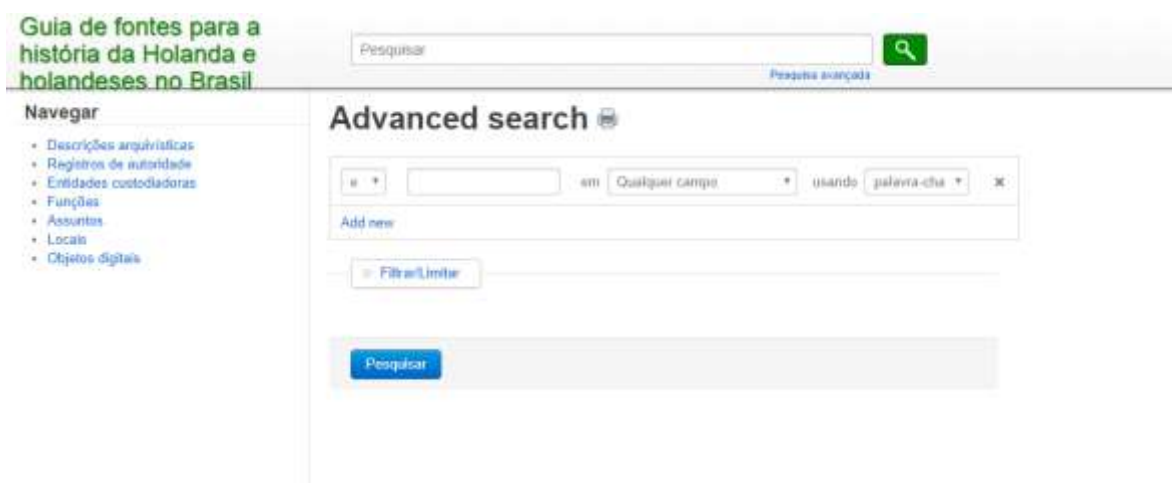


Figura 14 - Guia de fontes para a história da Holanda e dos holandeses no Brasil

A base de dados da Família Ferrez tem uma apresentação bastante simples, como se apresenta de seguida:

Figura 15 - Base de dados da Família Ferrez

Assim como a base de dados contendo informações dos processos recolhidos como Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI).

Figura 16 - Base de dados MJNI

Finalmente, a base de dados da biblioteca apresenta as opções de consulta por material, idioma, autor, título, editor, assunto e expressão.



## Consulta



Material	Todos	▼	
Idioma	Todas	▼	
Autor	<input type="text"/>	E	⊕
Título	<input type="text"/>	E	⊕
Editor	<input type="text"/>	E	⊕
Assunto	<input type="text"/>	E	⊕
Expressão	<input type="text"/>		

Ajuda

Consultar

Limpar

Voltar

Figura 17 - Base de dados Biblioteca

Existem, ainda, instrumentos de descrição documental em papel, disponíveis na sala de consulta e alguns na página da instituição (<http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/instrumentos-de-pesquisa.html>). Entretanto, por ausência de padronização na descrição e indexação entre as equipas e a ausência de um instrumento normalizador, existem muitas diferenças em suas apresentações, o que também dificulta a investigação por parte do utilizador.

Vale a pena destacar que a escolha pelos formatos dos vocabulários controlados varia em cada base de dados e é da responsabilidade da equipa responsável por ela. Além disso, as diferentes bases de dados não permitem a comunicação entre si, o que leva à necessidade da presença contínua de um funcionário da sala de consulta para o esclarecimento de dúvidas dos utilizadores.

Não há na instituição um vocabulário controlado próprio padronizado, por conta disso, recomenda-se que o indexador pesquise o termo a inserir em três fontes principais: a apostila *Regras para indexação dos documentos da CDA*, feita por Nilda Sampaio Barbosa, bibliotecária, antiga servidora da instituição;



*Terminologia de assuntos* do sítio da Biblioteca Nacional do Brasil e *Vocabulário Controlado Básico*, do Senado Federal brasileiro.

Este procedimento pode gerar algumas divergências, uma vez que as referências recomendadas apresentam diferentes regras para utilização de termos e conceitos. Por exemplo, o vocabulário do Senado Federal tende a inserir termos no singular, enquanto a Biblioteca Nacional prefere termos no plural. Igualmente, não se estabeleceu uma política própria com procedimentos voltados aos recursos disponíveis no Arquivo Nacional, tanto pessoais, quanto materiais (bases de dados e instrumentos de descrição documental).

Muitos termos são registados em linguagem livre, o que para uma instituição com o acervo documental imenso e na qual diversos fundos são compartilhados entre as equipas, tende a gerar a criação de diferentes termos para os mesmos assuntos, afastando-se da padronização desejada.

Imaginemos que os pedidos de carros sejam nomeados de cinco formas diferentes:

- pedido de transporte;
- requerimento de veículo;
- requisição de veículo;
- solicitação de transporte e
- solicitação de veículo.

Conseqüências? Múltiplas, e nunca agradáveis. Se, por exemplo, ocorrerem problemas no agendamento de um carro, para localizar o respectivo documento e verificar o que aconteceu, será necessário lembrar como o pedido foi nomeado no momento da solicitação. E quando o Chefe da Seção de Transportes quiser fazer um estudo a fim de avaliar se a frota de veículos está bem dimensionada em face da procura, ele deverá lembrar que os dados necessários para sua análise se encontram dispersos por cinco séries documentais. Com o objetivo de evitar esses dissabores, a solução mais racional passa pelo controle de vocabulário (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 16-17).

Algumas iniciativas e publicações vêm sendo realizadas ao longo dos anos, na tentativa de padronizar os termos de indexação no acervo permanente:

- *Regras para indexação dos documentos da CDA* (2000).

Esta publicação possui regras para indexação de termos específicos, definidas pela coordenação da CDA (Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos), extraídas, de forma resumida, de *Nomes Geográficos: normas para indexação*, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou adaptadas da segunda edição do *Código de Catalogação Anglo-americano*.

- Grupo de Trabalho Vocabulário Controlado (GT-Voc) (2007).

Grupo formado “com o objetivo de desenvolver estudos e elaborar o vocabulário controlado para a descrição e a indexação necessárias ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional” (p. 1), formado por servidores de diversas equipas do Arquivo Nacional e liderado pela Coordenação de Gestão de Documentos (COGED) da instituição, com o intuito de realizar um vocabulário controlado próprio. Teve como primeira etapa a compilação da listagem de termos utilizados pelas equipas de acervo permanente. A segunda seria a análise e a escolha de termos para o vocabulário institucional, mas não foi concluída (ARQUIVO NACIONAL, 2007).

- Grupo de Vocabulário Controlado da Coordenação de Documentos Escritos (2011).

Grupo formado para elaboração de um vocabulário controlado para a documentação escrita do Arquivo Nacional, que reunia os vocabulários e índices “já existentes das três equipas da coordenação: Equipe de Documentos Privados; Equipe de Documentos do Judiciário e do Extrajudicial e a Equipe de Documentos do Executivo e do Legislativo” (Silva, 2013, p. 272).

- Grupo Permanente de Indexação (2012-2014).

Grupo que reúne a Coordenação de Documentos Escritos (CODES) e a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC) para estruturar a indexação na Coordenação de Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA) e trabalhar com a Equipa de Normalização e Qualidade dos Sistemas Informatizados. Dentre as iniciativas realizadas estão: um

questionário de recuperação da informação pelos utilizadores, o desenvolvimento de um modelo de avaliação dos termos indexados e a elaboração de um manual básico de indexação. Com as mudanças de coordenação na instituição, o Grupo acabou extinto, o questionário elaborado foi retirado da sala de consulta antes de ser distribuído e a proposta de manual não foi implantada na instituição.

Em 2014, o grupo organizou, em parceria com o Grupo de Trabalho de Capacitação e Pesquisa, o *I Seminário de Indexação em Arquivos*. O evento, realizado no auditório do Arquivo Nacional, reuniu especialistas em indexação para discutir sua aplicabilidade em documentos arquivísticos.

- *Regras para indexação dos termos do módulo vocabulário controlado SIAN* (2013).

Atualização do trabalho Regras para indexação dos documentos da CDA para aplicação no SIAN.

Nenhum projeto tornou-se definitivo e aplicado em todas as bases de dados e instrumentos de descrição documental, o que faz com que o desenvolvimento de uma metodologia para indexação no Arquivo Nacional continue sendo discutido e pensado pelas equipas gestoras do acervo definitivo da instituição.

Um importante passo foi a criação, em 30 de março de 2017, do Núcleo de Estudos do Uso e do Usuário da Informação, que tem como competências:

- Recolher dados e realizar análises sobre o uso e os utilizadores dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional;
- Promover a atualização do portal do Arquivo Nacional, em colaboração com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), de acordo com o mapeamento das necessidades do usuário;
- Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e suas interfaces, em colaboração com a gerência do SIAN, a equipa da Coordenação de Tecnologia de Informação (COTIN) e demais áreas intervenientes;
- Elaborar e atualizar o guia de instrumentos de descrição documental do Arquivo Nacional;

- Sugerir alterações nos instrumentos de descrição documental do Arquivo Nacional de acordo com as necessidades dos utilizadores com a finalidade de melhorar e aprimorar a qualidade do atendimento;
- Sugerir ações à Coordenação de Consultas ao Acervo com a finalidade de melhorar a qualidade do atendimento do usuário no Arquivo Nacional.

O Núcleo trabalha hoje em três frentes:

- Revisão dos instrumentos de descrição documental, a partir de reunião com as áreas de processamento e de atendimento, visando a atualização do Inventário de Instrumentos de descrição documental e a atualização e encadernação dos instrumentos disponíveis na Sala de Consultas.
- Organização do evento “Com a palavra, o usuário”, na qual um utilizador convidado apresenta aos trabalhadores da instituição e demais interessados o seu percurso de investigação de informações na instituição, os procedimentos feitos e as dificuldades encontradas, para que se possa melhorar o atendimento ao cidadão e os instrumentos de descrição documental.
- Realização de investigação de atendimento – distribuída em papel aos utilizadores presenciais e em forma de documento *online* aos utilizadores do atendimento à distância – com o objetivo de realizar um estudo contínuo sobre a satisfação do usuário, não apenas quanto ao atendimento do balcão e da recepção, mas também quanto aos instrumentos de descrição documental disponíveis. Mensalmente são apurados os dados e elaborado relatório da investigação, que fica disponível para consulta na *internet* (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

## **7 Propostas para o aperfeiçoamento da recuperação da informação arquivística no Arquivo Nacional do Brasil**

Depois de levar em consideração as observações apresentadas pelos utilizadores do Arquivo Nacional do Brasil e a análise do desenvolvimento da organização da informação arquivística na instituição, é possível formular algumas propostas para o aperfeiçoamento da representação de conteúdo, com vista à

obtenção de uma maior eficácia na recuperação da informação na documentação arquivística.

Uma vez que o estudo dos utilizadores apresentou que a maioria deles não consegue aceder ao documento desejado, e que, aqueles que enviaram comentários, ressaltaram a dificuldade na busca nos sistemas de informação, ressalta-se a necessidade de uma melhor avaliação na representação do conteúdo dos documentos da instituição.

Em um primeiro momento, seria importante a criação de uma política de indexação para a instituição com o objetivo de auxiliar as equipas de processamento técnico, propor procedimentos e atividades de capacitação de técnicos indexadores, avaliar a inclusão de novos termos antes de enviá-los às bases de dados, a fim de evitar sinonímias ou criação de termos com conceitos distantes daqueles apresentados no documento e manter intercâmbio entre as coordenações-gerais da instituição, de modo a facilitar o acesso aos documentos do acervo, resolver dúvidas das equipas de atendimento e se atualizar a partir das demandas dos utilizadores. Seu resultado seria a construção de um único vocabulário, a partir da integração e uniformização dos vocabulários em uso na instituição.

A análise de termos deve passar por decisões como: escolha de linguagem, limites para entrada de assuntos compostos e para inserções de termos de indexação, levantamento dos assuntos centrais e periféricos dos acervos. Torna-se necessária a frequente avaliação da listagem de termos da instituição, a análise das necessidades dos utilizadores do Arquivo Nacional e a revisão de todo o vocabulário construído pelas equipas da instituição.

Estas ações podem desafogar a sala de consulta, por conta da agilização do tempo de investigação do utilizador, melhorar o seu grau de revocação e satisfação e estabelecer referências que fomentem discussões e estudos, visando a melhoria da gestão da informação e o incentivo a realização de uma atividade que tem muito a ser explorada na Arquivística contemporânea.

No Arquivo Nacional, sete equipas de acervo definitivo fazem descrição arquivística e indexação de documentos. Nelas, diferentes trabalhadores realizam

essas atividades, por meio do envio direto de dados às bases e instrumentos de descrição documental.

A primeira ação para padronização da atividade deve ser a escolha, em cada equipa, de um profissional para ser o indexador responsável. A este servidor caberia observar se os termos escolhidos para a indexação correspondem ao conteúdo do documento. Além disso, seria interessante a criação de um grupo ou equipa em que se possa discutir a inclusão e modificação de termos e dirimir dúvidas sobre o tema.

O passo seguinte seria a avaliação da recuperação nos sistemas de dados e instrumentos de descrição documental disponíveis, por meio de uma investigação. Desta forma, será possível perceber quais os termos mais procurados, qual é a linguagem utilizada e/ou conhecida por ele, o índice de recuperação útil, o método de investigação mais utilizado. A partir daí, apreende-se a tendência para a linguagem mais adequada à instituição.

Em seguida, é essencial a elaboração de um manual de indexação devido à diversidade de formações dos servidores que realizam processamento técnico no Arquivo Nacional. O processo só pode ser desenvolvido de forma consistente se levarmos em consideração essas diferentes visões.

O manual de indexação de um sistema de informação constitui também sua documentação oficial, pelo fato de estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, por fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e por conter os elementos constituintes da política de indexação adotada pelo sistema. Dessa maneira, é por meio dos manuais, principalmente, que a política de indexação do sistema poderá ser observada (RUBI; FUJITA, 2003, p. 70).

Focado na necessidade de esclarecimento sobre a atividade, o manual deve apresentar concetualização e aplicação da indexação nos documentos arquivísticos, observando os princípios da não repetição de informação e as diferentes abordagens de uma documentação de acordo com o nível em que se

encontra, indicando como fazer com exemplos práticos, de modo a uniformizar o sistema.

Com isso em mente, outras decisões precisam de ser tomadas: se o princípio será o da especificidade (indexação seletiva), concentrando-se nos temas principais do documento, ou o da exaustividade (indexação exaustiva), relação de todos os termos possíveis, o que resulta em excesso de entradas e pontos de acesso; se o sistema será pré ou pós-coordenado, no qual o pré-coordenado é aquele em que dois ou mais conceitos relacionam-se na entrada da investigação (Brasil – Economia), e pós-coordenados, ou seja, os termos com relacionam-se na saída, exigindo do sistema de informação, operação *booleana* - em que se consideram as relações *e*; *ou*; *não* - (Brasil e Economia).

Ao se ponderar a realidade do Arquivo Nacional do Brasil, sugere-se para a instituição a indexação seletiva, pois os documentos arquivísticos apresentam diferentes níveis e pontos de acesso, e a opção pela exaustão confere grande risco de repetição desnecessária de informação.

Viana *et al.* no **Manual básico para indexação de documentos arquivísticos: a experiência no Arquivo Nacional** ressaltam que, por conta da ausência de busca *booleana* no principal sistema de informações do Arquivo Nacional, se faz necessária a adoção do sistema de pré-coordenação, no qual os termos são combinados no momento da entrada e, dessa forma, tratados como unidade.

“Exemplo: Abastecimento de água” (VIANA *et al.*, 2013, p. 9).

A partir disso, os autores reforçam o uso dos critérios de especificidade e seletividade.

No sistema de pré-coordenação, dois critérios devem ser considerados para a inserção de termos: a especificidade e a seletividade.

Especificidade “se refere ao grau de precisão com que um termo define determinado conceito do documento. Ocorre perda de especificidade quando um conceito é representado por um termo de significado mais genérico.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3). Exemplos: Fundações (geral); Fundação Oswaldo Cruz (específica)

A seletividade implica na utilização de uma quantidade menor de termos que abranjam somente o conteúdo temático central do documento (LANCASTER, 2004). Exemplos: Em uma fotografia, indexar o assunto (motivo, intenção) que levou ao registro, independente do plano em que esteja. Em um mapa onde pode ser vista toda a América do Sul, mas o tema principal seja alguma característica do Brasil, não indexar os outros países (VIANA *et al.*, 2013, p. 9-10).

Entretanto, acredita-se que em instituições nas quais o acervo documental seja grande e diverso, as bases de dados funcionariam de maneira mais eficiente com uma busca *booleana*, que possibilita a investigação de vários termos combinados ou não. Deste modo, evitar-se-ia a excessiva criação de termos, o que acarreta uma sobrecarga na base e pode levar a falhas na execução do repositório.

O modelo *booleano* baseia-se na teoria dos conjuntos e na álgebra de Boole. Nele os documentos são representados por palavras-chave e as consultas são formuladas com expressões lógicas que combinam os termos da busca usando operadores de álgebra booleanos como “e, ou, não” (Universidade Estadual Paulista, 2018).

A ideia deste modelo é que as palavras-chave podem estar presentes ou não no documento, portanto, só serão recuperados os documentos que contenham as palavras-chave indicadas na consulta.

A principal vantagem deste modelo é a sua simplicidade e eficiência. Por outro lado, a principal desvantagem é a dificuldade em formular exatamente as necessidades de informação do utilizador, usando álgebra *booleana* e palavras-chave. Ou seja, só é possível recuperar documentos que se encaixam perfeitamente nos termos colocados na consulta, uma vez que o modelo não fornece *ranking* com os resultados (SECO-NAVEIRAS, 2009).

Os índices temático, onomástico e geográfico devem constar em listagens distintas. Assim, os índices temáticos podem compor um vocabulário controlado com termos relacionados, remissivas **ver**, ou **use**, e **ver também**, relações entre os termos gerais e os termos específicos, notas explicativas e indicações para



termos preferidos. Essas medidas simplificam a visualização das possibilidades de investigação no sistema.

Pinto (2019) apresentou uma proposta para um novo vocabulário para o índice temático do Arquivo Nacional do Brasil. Assemelha-se a um tesauro, apresentando termos gerais, específicos, relacionados, notas explicativas e indicativo de termo preferido. Este vocabulário complementaria o modelo utilizado nas bases de dados do Acervo do Juciário, Ofício de Notas do Rio de Janeiro e Processos do Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal da Justiça e Casa da Suplicação.

Nesta publicação, a autora utiliza os conceitos de: TG (Termo Genérico) quando se refere a um conceito com conotação mais ampla; TE (Termo Específico), para se referir a um conceito com conotação mais específica; TR (Termo Relacionado), para a associação de termos correlatos que não são sinônimos, genéricos ou específicos; NE (Nota Explicativa), que indica seu significado específico dentro da linguagem de indexação escolhida e USE, que aponta o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase sinônimos.

#### **Nacionalidade**

N.E. Usado para obras que tratam de um aspecto do Direito Civil que vincula a pessoa ao Estado através do nascimento ou obtida por meio de naturalização.

T.G. Direitos humanos

T.R. Naturalização

T.E. Estrangeiros

#### **Narcotráfico**

USE Tráfico de drogas

#### **Nariz**

N.E. Pode ser usado com a subdivisão - Doenças

T.G. Face

T.R. Olfato

T.R. Otorrinolaringologia

T.E. Cavidades nasais

(Pinto, 2019, p. 246)

Os índices onomásticos precisam de regras para a entrada, que devem se basear no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). “Exemplos: Lei Áurea, 1888; Fundação Getúlio Vargas; Plant, Robert Anthony, 1948” (VIANA *et al.*, 2013, p. 10-11).

Para pessoas, o indexador tem que escolher se o termo principal será o nome de batismo ou registro ou nome mais conhecido, artístico ou pseudônimo, sempre acompanhados de remissiva “ver” ou “use” de um para o outro (VIANA *et al.*, 2013).

Os autores destacam que, apesar dos termos geográficos também serem onomásticos, por conta da especificidade dos documentos dos arquivos, faz-se necessário dividi-los em categorias:

**Nomes geográficos com categoria administrativa:** termos que designam unidades administrativas. Incluem países, estados, províncias, condados, distritos, municípios, vilas, povoados, conjuntos habitacionais, colônias, bairros, avenidas, ruas. Neste caso, o Arquivo Nacional adota a ordem direta na criação de termos. Exemplos: Avenida Presidente Vargas (Rio de Janeiro, RJ); Copacabana (Rio de Janeiro); Amapá; Austrália.

**Nomes geográficos sem categoria administrativa:** termos que designam entidades fisiográficas naturais. Incluem grutas, ilhas, montanhas, lagos, lagoas, planícies, planaltos, oceanos, rios, valas, além de nomes de regiões baseadas nestas entidades. Neste caso, adota-se nas instituições em geral, a inversão de ordem na criação de termos, como será visto em 3.8.

**Acidentes topográficos artificiais:** termos que designam construções e lugares criados pelo homem. Incluem rodovias, túneis, pontes, edifícios, fazendas, sítios, parques, praças, reservas, barragens, usinas. Neste caso, o Arquivo Nacional adota a ordem direta na criação de novos termos. Exemplos: Ponte Lúcio Costa (Rio de Janeiro, RJ); Parque Lage (Rio de Janeiro, RJ); Barragem Três Marias (MG).

Para mudanças de nome, entrar pelo nome que consta no documento, com remissivas “ver” ou “use” para o nome atual. Para lugares que deixaram de existir, ou viraram partes de outros lugares, manter o nome

como consta no documento. Exemplos: Estado da Guanabara **ver** Rio de Janeiro (RJ); Castelo, Morro do (Rio de Janeiro, RJ) (VIANA *et al.*, 2013, p.11-12).

Como referência, além do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), existe a publicação **Nomes geográficos: normas para indexação**, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1996, de Maria Célia dos Santos Bou Maroun e Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves (VIANA *et al.*, 2013).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas publicou, em 1992, a NBR 12676, **Método para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**, que orienta de maneira mais abrangente condições para o exame de documentos, determinação dos assuntos e seleção dos termos de indexação.

Para definições mais específicas das entradas, palavras-chave ou termos de indexação, na ausência de uma norma brasileira mais recente que atinja esse nível de detalhe, pode considerar-se como referência para a tomada de decisões nesse âmbito, adequando-se à maneira como é feita hoje na instituição, aos servidores/indexadores e utilizadores do Arquivo Nacional brasileiro: a Norma Portuguesa 4036, **Tesauros monolíngues: diretivas para a sua construção e desenvolvimento**, de 1992, que visa garantir a prática coerente da indexação, e ISO 25964, **Thesauri and interoperability with other vocabularies**, parte 1: **thesauri for information retrieval**, de 2011, que traz recomendações para o desenvolvimento e manutenção de tesauros destinados à recuperação da informação, sejam elas monolíngües ou multilíngües. É aplicável a vocabulários usados em todos os tipos de recursos de informação, independentemente da mídia usada (texto, som, imagem estática ou móvel, objeto físico ou multimídia) e todo tipo de base de dados, e parte 2: **interoperability with other vocabularies**, 2013, que é aplicável a dicionários de sinónimos e outros tipos de vocabulário, que são comumente usados para recuperação de informações. Descreve, compara e contrasta os elementos e características desses vocabulários que estão implicados quando a interoperabilidade é necessária. Dá recomendações para o

estabelecimento e manutenção de mapeamentos entre vários dicionários, ou entre dicionários e outros tipos de vocabulários (INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE, 1993; CLARKE e ZENG, 2012).

Advérbios, adjetivos e verbos não devem ser inseridos como termos de indexação. A inserção da letra maiúscula é na primeira letra do descritor, sendo ele principal, subdivisão ou o complemento. Palavras e expressões estrangeiras de uso corrente devem ser inseridas com remissiva para o nome em língua portuguesa. O uso de singular e plural depende da ideia que o conceito representa como entidade concreta ou abstrata.

Entidades concretas podem ser numeráveis (quantos), com entrada no plural, ou não numeráveis (quanto), no singular:

Exemplo: “Quantos chilenos morreram no acidente?” Entrada: Chilenos.  
[...]

Partes do corpo recebem tratamento especial, ficando no singular quando são somente um (Boca; Nariz) e no plural quando são mais de um (Pulmões; Orelhas). [...]

Exemplo:

“Quanto dinheiro você precisa?” Entrada: Dinheiro (VIANA *et al.*, 2013, p.14).

Entidades abstratas, quando particulares, entram no singular, quando com vários membros ou unidades, no plural. Se necessário, para diferenciação do conceito, os termos entram nas duas formas.

As entidades abstratas (ações, acontecimentos, sentimentos, ideias, qualidades, conceitos, ciências, artes, áreas do conhecimento, fenômenos, propriedades, religiões, atividades, disciplinas), quando únicas e particulares, entram no singular. Exemplos: Personalidade; Inverno; Emigração; Respiração; Catolicismo; Física; Química; Gestão ambiental; Ecologia.

Quando puder ser considerada uma classe contendo vários membros, deve ser expressa no plural. Exemplos: Discursos; Reações químicas; Cardiopatias; Ciências médicas; Artes plásticas.

Se as formas no singular e plural corresponderem a conceitos diferentes (concretos ou abstratos), faz-se necessária a entrada das duas formas. Exemplos: Teatro (quando for atividade ou a literatura); Teatros (quando se referir às instituições); Memória (quando for sobre o processo mental); Memórias (quando se referir à escrita narrativa) (VIANA *et al.*, 2013, p.14).

O uso da inversão e de vírgulas acontece em três situações: nome específico, designação genérica - para nomes geográficos sem categoria administrativa, com qualificador geográfico entre parênteses - “Antas, Rio das (MG)” (p. 15); último sobrenome, prenome e outros sobrenomes - “Cardoso, Ciro do Espírito Santo, 1898-1979” (p.15); nome, função/ cargo/ designação/ atribuição - “Pio XII, Papa” (p. 15). As datas de nascimento, morte, anos de atividade devem ser colocadas se, sem elas, os cabeçalhos ficarem idênticos (VIANA *et al.*, 2013, p.15).

Parênteses são qualificadores e devem ser usados para diferenciar termos homônimos, “Ação (Justiça) e Ação (Filosofia)”; especificações, que podem ser geográficas, cronológicas, etc. “Belo Horizonte (MG)”; World Peace Congress (1 : 1949 : Paris, França e Praga, Checoslováquia); explicar o que não é de conhecimento geral, “Zuzuca (Jogador de futebol)”. As manifestações artísticas e identificações de pessoas ou povos formarão termos compostos. “Exemplos: Música espanhola; Literatura americana; Povos itálicos; Cantores cubanos” (VIANA *et al.*, 2013, p.16).

Os termos compostos combinam palavras que possuem um sentido único ou específico. Podem se formar pela junção de um “núcleo (parte principal), “Administração”, e um distintivo ou modificador, que atribui uma característica que a especifica, “de empresas”. Entrada: Administração de empresas”. Além disso, formam “expressões adjetivas, como em Povos itálicos, ou prepositivas, como em Aves de rapina” (VIANA *et al.*, 2013, p.16).

Quando os descritores principais necessitam de um complemento que aprimore ou especifique seu sentido, pode ser usado o traço. Sua diferença para os termos compostos é representar dois ou mais conceitos. “Normalmente, se

formam por elementos prepositivos em que o segundo é DE, SOBRE, PARA, EM o primeiro. Exemplos: Brasil – História; Acidentes – Legislação; Luz solar - Efeitos fisiológicos; Mulheres – Empregos” (VIANA *et al.*, 2013, p.17).

Tais sugestões, adaptadas à realidade dos sistemas de informação atualmente disponíveis no Arquivo Nacional brasileiro, devem ser constantemente revistas para que respondam às necessidades informacionais dos utilizadores e às mudanças tecnológicas que ocorrem de maneira contínua na sociedade.

A qualidade da indexação depende da hospitalidade da linguagem de indexação utilizada. Esta deve admitir livremente novos termos ou mudanças na terminologia, bem como atender a novas necessidades dos usuários. Uma política de atualização frequente é considerada essencial (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992, p. 4).

Para Viana *et al.* (2013), a efetivação de critérios de normalização e regras gerais para a criação de termos de indexação

pretende trazer maior segurança na recuperação de informação relevante em sistemas de informações como o do Arquivo Nacional, no qual o pesquisador, na opção de pesquisa avançada por termo de indexação, acessa uma listagem alfabética de termos autorizados, sem conseguir cruzar informações.

Quanto mais específico e central for o termo, aumenta-se a precisão e diminui-se o índice de revocação (recuperação de documentos úteis, mas gerais). Em um acervo com extensa massa documental, recuperar e avaliar entradas exaustivas (com o maior número de conceitos possíveis) e gerais demandariam do usuário longo tempo de pesquisa, o que vai de encontro à otimização do tempo do consulente, principal propósito de sistemas de recuperação da informação (p. 10).

Conclui-se, desta forma, que com o estabelecimento desses procedimentos, será possível ao Arquivo Nacional brasileiro normalizar a representação do conteúdo do seu acervo, o que levará a uma resposta à investigação do utilizador mais eficiente e conseqüente sucesso em sua busca,

haja vista que, de acordo com o estudo, apenas cerca de 38% das investigações resulta no efetivo acesso ao documento.

## **Considerações finais**

O Arquivo Nacional, focado no estabelecimento de uma rotina de acesso bem-sucedido pelos utilizadores, vem desenvolvendo e aperfeiçoando os seus diversos sistemas de informação com a identificação de necessidades e resolução de problemas de acesso à informação probatória, reforçada pela Lei de Acesso à Informação.

A instituição preocupa-se em assegurar a melhoria do acesso à informação pública com a coerência com a legislação arquivística vigente, e vem estabelecendo avanços na organização de seus fundos documentais, tanto em suporte físico quanto em meio digital, garantindo a sua segurança e preservação, e o acesso pelos cidadãos e a administração pública nas diferentes esferas de governo.

Diagnósticos dos instrumentos de descrição documental, tanto analógicos como informatizados, são feitos com frequência. Além disso, os sistemas da instituição são diariamente alimentados, atualizados e corrigidos, sendo o seu conteúdo objeto de constantes alterações, correções e complementos.

Assim, nota-se que uniformização das distintas linguagens de indexação usadas nas bases de dados disponíveis na instituição é indispensável.

Para que se construa uma política de indexação, e conseqüente vocabulário controlado, é imprescindível que se adotem estratégias para a recuperação de informação, a começar pela escolha de indexadores, que possam compreender o documento, fazer a análise concetual necessária e representar adequadamente o seu conteúdo. Não basta construir uma lista de procedimentos a ser seguida, devendo-se acima de tudo entender a filosofia dos objetivos da recuperação da informação.

Percebe-se, então, a necessidade de uma discussão mais frequente e especializada para o bom andamento do processamento técnico. A criação de

uma política de indexação para o Arquivo Nacional do Brasil, que tenha por objetivo auxiliar as equipas das coordenações de processamento técnico, propor procedimentos e atividades de capacitação de técnicos indexadores, avaliar a inclusão de novos termos, a fim de evitar sinonímias ou criação de termos com conceitos distantes daqueles apresentados no documento e manter intercâmbio entre as coordenações-gerais da instituição a respeito do tema, facilitando o acesso aos documentos do acervo, resolvendo dúvidas das equipas de atendimento e atualizando-se a partir das necessidades dos utilizadores.

A análise de termos passa por decisões como: escolha de linguagem, limites para entrada de assuntos compostos e para inserções de termos de indexação, levantamento dos assuntos centrais e periféricos dos acervos. É necessária a frequente avaliação da listagem de termos da instituição, a análise das necessidades dos utilizadores do Arquivo Nacional e a revisão de todo o vocabulário construído pelas equipas desta Coordenação-Geral.

Estas ações podem dinamizar a sala de consulta, por conta da agilização do tempo de investigação do utilizador, melhorar o seu grau de revocação e satisfação e estabelecer referências que fomentem discussões e estudos, visando a melhoria da gestão da informação e o incentivo na realização de uma atividade que carece de um grande desenvolvimento na Arquivística contemporânea.

Para a padronização da atividade, a escolha de um profissional de cada equipa para ser o indexador responsável é importante. A este servidor caberia observar se os termos escolhidos para a indexação correspondem ao conteúdo do documento. Além disso, seria interessante a criação de um grupo ou equipa em que se possa discutir a inclusão e a modificação de termos e responder dúvidas sobre o tema.

Em seguida, a avaliação da recuperação nos sistemas de dados e instrumentos de descrição documental disponíveis, sob a ótica do utilizador, por meio de uma investigação. Desta forma, será possível perceber quais os termos mais procurados, qual é a linguagem utilizada e/ou conhecida por ele, o índice de recuperação útil, o método de investigação mais utilizado. A partir daí, apreende-se a tendência para a linguagem mais adequada à instituição.



Acredita-se que a política de indexação mais adequada para uma instituição deve voltar-se para suas possibilidades reais e recursos disponíveis, ou seja, deve-se adaptá-la, tornando-a mais simples ou complexa, de acordo com sua realidade, a fim de que os descritores e indexadores possam sentir-se seguros e capazes de fazer a indexação, contando com um grupo de especialistas que possa administrar a execução da atividade e servir de fonte de diálogo e discussão do tema.

Com a necessidade de um processamento técnico mais eficaz e com respostas eficientes para a ampla gama de utilizadores que o Arquivo Nacional do Brasil possui, a instituição entende a necessidade do estabelecimento de padrões para descrição e indexação de documentos.

A construção de uma política de indexação, com base na necessidade apresentada e com recursos materiais e pessoais da instituição torna-se a cada dia mais imprescindível.

A sua definição e a elaboração de um manual de indexação podem tornar-se instrumentos de debate e diálogo sobre a realização desta atividade no âmbito da Arquivologia brasileira, além de se tornar base para estudos e ampliação da realização da atividade em acervos arquivísticos brasileiros.

A normalização dos processos permite dois tipos de investigação na instituição arquivística: pelo contexto histórico-administrativo do produtor ou acumulador da documentação e pela relação informacional entre documentos de diferentes fundos, sem danos na recuperação por parte do utilizador, com o desenvolvimento de estratégias específicas que considerem sua realidade.

Anseia-se explorar uma atividade que ainda se encontra em fase de consolidação na Arquivística e desenvolver técnicas para a análise de conteúdo e tradução de assuntos em linguagem documental.

O impacto da criação de um grupo de especialistas e da valorização da indexação estaria no facto de o Arquivo Nacional ser a maior instituição arquivística do Brasil, e a elaboração de uma política de recuperação de informação em um centro de informação desse porte traria novas acepções para investigação e organização da informação arquivística.

## 8 Referências

ALVARENGA, Lidia - A Teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**. 2:6 (2001) 1–17.

ALVES, Ivone *et al.* - **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ANTÓNIO, Júlio Rafael; SILVA, Carlos Guardado da – **Organização de arquivos definitivos: manual ARQBASE**. Lisboa: Colibri, 2006. ISBN 972-772-672-0.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila - Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**. 1, n. 1:jan./jun. (2016) 61–78.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) - **Acesso à informação: institucional**. Disponível em: < <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Acesso em: 09 agosto 2018.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 104, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007. **Criação do Grupo de Trabalho para a Construção do Vocabulário Controlado do Arquivo Nacional (GT-VOC)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 95, DE 30 DE MARÇO DE 2017. **Criação do Núcleo de Estudos do Usuário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de atividades 2011-2014**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: julho 2018**. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: agosto 2018**. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: setembro 2018**. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: outubro 2018**. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: novembro**

2018. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: dezembro 2018.** Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: janeiro 2019.** Rio de Janeiro. 2019.

\_\_\_\_\_ - **Relatório de pesquisa sobre qualidade no atendimento: fevereiro 2019.** Rio de Janeiro. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 12676: Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro. 1992. 1–4.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos - Estudo de usuários: visão global dos métodos de coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**. 12, n. 2:maio/ago. (2007) 168–184.

BARITÉ, Mario - **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6ª ed. cor ed. Montevideo : CSIC, 2015. ISBN 9789974012158.

BARROS, Thiago Henrique Bragato - A indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. Em: **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 33-44, mai./ago., 2016. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n46p33

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. ISBN 978-85-225-1005-4.

BRASIL - **Acesso à informação**. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 06 set. 2018.

BRANDT, Mariana Baptista - **Etiquetagem e folksonomia: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Dissertação de mestrado.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio - Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**. 4, n. 2:ago./dez. (2011) 53–73.

CHAMIER, J. (1988). Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n.1/2 p.63-79, jan./jun. 1988.

CHOO, Chun W. E. I. - **Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo : Editora Senac, 2003. ISBN 8573593415.

CLARKE, Stella G. Dextre; ZENG, Marcia Lei - From ISO 2788 to ISO 25964 : The evolution of thesaurus standards towards interoperability and data modeling. **Information Standards Quarterly**. . ISSN 1041-0031. 24:1 (2012) 20–26. doi: <http://dx.doi.org/10.3789/isqv24n1.2012.04>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2ª ed. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. ISBN 85-7009-032-3.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL) – **Conarq**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 26 maio 2019.

\_\_\_\_\_ - **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro : [s.n.]. ISBN 9788560207022.

CRUZ MUNDET, José Ramón - **Diccionario de archivística**. Madrid: Alianza,, 2011.

CURRÁS, Emilia - **Ontologías, Taxonomía y Tesauros: Manual de construcción y uso**. 3ª actuali ed. Gijón : Trea, 2005

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes - **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3)

DOOLEY, J. M. - Subject indexing in context. **American Archivist** , Estados Unidos, v. 55, n. 2, p. 344 354, Apr. 1992.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; KOBASHI, Nair Yumiko - Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**. 40 n. 2:mai/ago (2011) 207–228.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, org. - **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009. ISBN 978-85-7983-015-0.

GAGNON ARGUIN, L. - Documentary analysis 2: Current problems relating to documentary analysis. **Archives (Quebec)**, Quebec, v. 28, n. 3, p. 23 41, 1997.

GARCIA, Alexandre. L'indexation des instruments de recherche archivistiques. 2005. 69f. **Master SIB 2e année, option Réseaux d'information et document**

**électronique.** França; École Nationale Supérieure Des Sciences De L'information Et Des Bibliothèques, mar 2005. (Rapport de recherche bibliographique). Disponível em: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/810-182indexation-des-instruments-de-recherche-archivistiques.pdf>. Acesso em: 04 jun 2019.

GIL, Antonio Carlos - **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002. ISBN 8522431698.

GIL LEIVA, Isidoro - **Manual de Indización: teoría y práctica.** Gijón: Trea, 2008. ISBN 978-84-9704-367-0

GIMÉNEZ-CHORNET, Vicent. - La recuperación de la información en los archivos en línea. **BiD: textos universitarios de biblioteconomía i documentació: textos universitarios de biblioteconomía y documentación.** 13:27 (2011) 40–53. doi: 10.1344/105.000001785.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira - Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Movimento.** Porto Alegre. V. 20, nº 01, (Jan./Mar. 2014), p. 395-411.

GREIMÁS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph - **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Cultrix, 1979.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera (Orgs) - **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século** [Em linha] Disponível em [WWW:<URL:http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avancados-2.pdf>](http://www.isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avancados-2.pdf). ISBN 9788598176512.

GUITARD, L. A. - Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? **Documentation et bibliothèques**, v. 59, n. 4, p. 201-212, out./dez. 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia - **Archivística general: teoría y práctica.** 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HJØRLAND, Birger - What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge organization.** . ISSN 0943-7444. 353:352 (2008) 86–101. doi: 10.1002/asi.23250.

\_\_\_\_\_ - **Theories of knowledge organization — theories of knowledge.** March (2013) 1–20.

ISO 1087-1 - **Terminology work — Vocabulary — Part 1: Theory and application.** Geneva : [s.n.]. ISBN 9782889105250.

ISO 704 - **Terminology work — Principles and methods.** 3ª ed. Geneva : ISO, 2009. Disponível em:

<[http://www.ddialliance.org/sites/default/files/shared/2012/DDI%20Moving%20Forward/ISO/ISO704\\_2009.pdf](http://www.ddialliance.org/sites/default/files/shared/2012/DDI%20Moving%20Forward/ISO/ISO704_2009.pdf)> . Acesso em: 08 jun 2019.

KECSKEMÉTI, Charles - A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Revista Acervo**. 3:n. 2, jul./dez. (1988) 5–9.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir - Conceitos , categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**. 16 n. 3:jan/jun (2011) 1–24. doi: 10.5433/1981-8920.2011v16nesp.p1.

LIMA, Vânia Mara Alves - A organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação: o mapa conceitual e terminológico como instrumento referencial para o ensino e a pesquisa. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. 4, n. 1:jan./jun. (2013) 26–48.

LLANES PADRÓN, Dunia - **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. Marília : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LOPES, I. L. - Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002.

LOPEZ, A. P. A.; CARVALHO, P. D. S. - A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do arquivo público do Distrito Federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 271-279, 2013.

LOUSADA, Mariana et al. - Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n.1, p. 191-202, jan./abr. 2011.

MARCHIORI, Patricia Zeni - A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Graziela Martins de; VITAL, Luciana Paula; BRÄSCHER, Marisa - Tratamento temático da informação em documentos arquivísticos : estudo dos anais da isko e do gt2 do ENANCIB. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. Salvador. ISSN 1983-5116. V. 9, nº 1 (Jan./ Ago. 2016), p. 1-23.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA (MAPA) - **Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MESA LEÓN, Marisol [et al] - **Manual de Indización para archivos** [Em linha]. La Habana: Archivo Nacional de la República de Cuba, 2007. [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em:<url:http://www.ica.org/sites/default/files/ala\_manual\_de\_indizacion\_para\_archivos.pdf>. ISBN 978-959-7196-03-7.

MITCHELL, Joan S.; ZENG, Marcia Lei; ŽUMER, Maja - Extending models for controlled vocabularies to classification systems: modelling DDC with FRISAD. In: MOLINA, María Pinto; MARCO, F. Javier Garcia; LACRUZ, María del Carmen Agustín. **Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: técnicas y procedimientos**. Gijón: Trea, 2002. ISBN 84-9704-023-6

OLIVÁN, José Antonio Salvador; ULLATE, José Maria Angós. **Técnicas de recuperación de información: aplicación con Dialog**. Gijón: Trea, 2000. ISBN 84-95178-62-1.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de - **Arquivos Pessoais, Arquivos de Memória e o Processo de Indexação**. Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC; Fundação Getulio Vargas, 2009. Dissertação de mestrado.

ORTEGA, Cristina Dota - Aspectos teóricos, procedimentais, normativos e pragmáticos como categorias para uma epistemologia da organização da informação. In: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves, orgs. - **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2013. ISBN 978-85-98176-51- 2. p. 34-38.

PINTO, Mariane Costa - Proposta para a criação de um vocabulário controlado a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN). Em: TERRA, Guilhermina de Melo (Org.) - **Biblioteconomia e ambientes de informação 2**. Ponta Grossa : Atena Editora, 2019. ISBN 9788572473422.

RIBEIRO, Fernanda - Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. Em.: **A linguagem e a informação documentária: intermediações e resignificações possíveis**. Recife: Bagaço, 2011. Cap. 2. p.31-59.

\_\_\_\_\_ - O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: Congresso ISKO Espanha e Portugal, 1; Congresso ISKO España, 11, Porto, 2013 - **Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano**: atas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CETAC.MEDIA, 2013, p. 528-539.

RODRIGUES, Virginia Lúcia - **Estudo de usuários da informação como instrumento para avaliação de serviços em unidades de informação: estudo de caso**. Belo Horizonte : FUMEC, 2017

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca - **Apuntes sobre representación y organización de la información**. Gijón : Trea, 2011

RUBI, M. P. - **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. 135 f.

\_\_\_\_\_; FUJITA, M. S. L. - Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte. ISSN 1981-5344. V. 8, nº 1 (Jan./ Jun. 2003), p. 66-77.

SÁ, Ivone Pereira de; SANTOS, Paula Xavier dos - A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrado no usuário. Em: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-7.

SHELLEBERG, T. R. - **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SECO-NAVEIRAS, Diego - **Técnicas de indexación y recuperación de documentos utilizando referencias geográficas y textuales**. A Coruña : Universidade da Coruña, 2009. ISBN 978-84-693-3270-2.

SIBILLE, Clarie - A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. Em: **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.93-112, jan/dez, 2007.

SILVA, Diego Barbosa Da - Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a análise do discurso. Em OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (Eds.) - **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 270–276.

SLAVIC, Aida; CIVALLERO, Edgardo (Eds) - **Classification & Ontology: formal approaches and access to knowledge**. Würzburg: Ergon Verlag, 2011. ISBN 978-3-89913-865-8.

SMIRAGLIA, Richard - The epistemological dimension of knowledge organization. Em: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves, orgs. - **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2013. ISBN 978-85-98176-51- 2, p. 17-25.

\_\_\_\_\_; VAN DEN HEUVEL, Charles; DOUSA, Thomas M. - Interactions between elementary structures in universes of knowledge. In: SLAVIC, Aida; CIVALLERO, Edgardo, eds. - **Classification & ontology: formal approaches and access to knowledge**. Würzburg: Ergon-Verlag, 2011. ISBN 978-3-89913-865-8. p. 25-40.



SMIT, Johanna W. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação**. Brasília. ISSN 1518-8353 . V. 1, nº 1 ( Jan./ Abr. 2013), p.11-23.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko - **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

SOUZA, Rosale De Mattos - A modernização do Arquivo Nacional: uma análise comparativa de 1958-1963 e 1980-1986. **Revista Acesso Livre**. n. 3, jan./jun. (2015) 17–33.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (BRASIL) - Modelo de Recuperação de Informação. 2018. 1–20.

VAN SLYPE, Georges. **Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales** [Em linha]. [S.l.]: [s.n], 1991. [Consult. 11 Nov. 2017]. Disponível em: <url:http://www.ugr.es/~phipola/Los\_lenguajes\_de\_indizacion.pdf>.

VARELA, Aida Varela ; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu - O caráter técnico, social e mediador da organização do conhecimento. In: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves, orgs. - **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2013. ISBN 978-85-98176-51-2. p. 277-282.

VIANA, Alexandra Werneck [et al.] - **Manual básico para indexação de documentos arquivísticos: a experiência no Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 2013. ISBN 978-85-915393-0-7.

VITAL, Luciane Paula - **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRASAD**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Tese de doutoramento.

\_\_\_\_\_; BRASCHER, Marisa - Representação de assunto em documentos arquivísticos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16, João Pessoa, 2015 - **Informação, memória e patrimônio: do documento às redes**: pôster. João Pessoa: ENANCIB, 2015. Sem indicação de páginas.

YIN, Robert K. - **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre : [s.n.]. ISBN 8573078529.

# Anexo 1

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA ARQUIVO NACIONAL	<b>PESQUISA SOBRE QUALIDADE NO ATENDIMENTO</b>	 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA ARQUIVO NACIONAL
---	--	---

Prezado usuário,

Com o objetivo de desenvolver processo de avaliação permanente dos procedimentos de acesso, de maneira a torná-los mais produtivos e eficazes, foi aperfeiçoado questionário com a finalidade de avaliar questões pertinentes ao seu perfil, sua avaliação do serviço de referência, instrumentos de pesquisa e infraestrutura de apoio ao atendimento, assim como criar um canal permanente para o recebimento de críticas e sugestões de melhoria.

PARTICIPE CONOSCO DESTE ESFORÇO PARA PRESTAR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE.

1. Qual o seu nível de escolaridade?

<input type="checkbox"/> Ensino fundamental	<input type="checkbox"/> Ensino médio	<input type="checkbox"/> Não tenho estudo
<input type="checkbox"/> Nível superior	Curso	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	Curso	<input type="text"/>

2. É a primeira vez que pesquisa no Arquivo Nacional?

Sim       Não

3. Em caso positivo, como conheceu o Arquivo Nacional? .....

4. Qual o objetivo da sua pesquisa?

Defesa de direitos (dupla cidadania, documentos civis, comprovação de propriedade, anistia política, etc)

Produção cultural/editorial

Produção acadêmica/científica

5. Qual o tema de sua pesquisa?

Entrada e registro de estrangeiros (lista de desembarque, processo de naturalização etc)

Registro civil (nascimento, casamento e óbito)

Processos judiciais (habilitações de casamento, processos cíveis e comerciais etc.)

Ofícios de notas/Registro de imóveis (escrituras etc.)

Acervos do Regime Militar

Pesquisa de imagens

Outros: .....

.....

.....

